



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

As tecnologias da comunicação em Walter Lippmann: um enfoque sobre efeitos dos meios

Fernando Luis Teles Carneiro Monteiro

Março de 2019



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

As tecnologias da comunicação em Walter Lippmann: um enfoque sobre efeitos dos meios

Fernando Luis Teles Carneiro Monteiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Comunicação e Sociedade.

Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação

Orientador: Luiz C. Martino

As tecnologias da comunicação em Walter Lippmann: um enfoque sobre efeitos dos meios

Fernando Luis Teles Carneiro Monteiro

Aprovado em ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz C. Martino (FAC/UnB)

Orientador

Prof. Dra. Ana Carolina Temer (UFG)

Avaliador

Prof. Dr. Terrie Ralph Groth (IPOL/UnB)

Avaliador

Prof. Dr. João José Azevedo Curvello (FAC/UnB)

Avaliador (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, que me fez valorizar a busca pelo conhecimento como atividade prazerosa. Sua educação forneceu os subsídios para que eu possa, hoje, encarar os desafios da vida com cautela, mas sempre me esforçando para que tudo ocorra bem.

Agradeço à minha namorada, Mariana, que me levou a um amadurecimento pessoal incrível. Sem ela, talvez as vitórias que tive nos últimos dois anos teriam passado longe da minha vida. Sua personalidade forte e inteligência são admiráveis e me fazem trabalhar todos os dias para estar sempre num nível melhor.

Agradeço aos meus amigos, em especial Marília, Uiara e Helder, que sempre me apoiaram nos momentos de eventual frustração com a vida acadêmica.

Os colegas de pós-graduação merecem um agradecimento especial. Todos eles, mas principalmente Thiago, Carol e Marcos, que marcaram uma presença mais próxima nessa jornada.

Agradeço ao professor Terrie pela disposição em estar presente nos momentos importantes do meu mestrado.

Agradeço imensamente ao professor Martino pela paciência, pela demonstração de abertura ao diálogo. A humildade que ele demonstra no dia-a-dia surpreende quem o conhece apenas pela imagem do acadêmico brilhante e professor exigente.

Por fim, agradeço a Deus por me dar a oportunidade estar onde estou. E, principalmente, por me nutrir com a disposição parar realizar as duras atividades às quais frequentemente me proponho.

RESUMO

Este trabalho propõe uma perspectiva de leitura da obra de Walter Lippmann, focada em sua compreensão dos efeitos das tecnologias de comunicação sobre a estrutura social. Para isso, busca as fontes, histórias e intelectuais, do pensamento do autor; trabalha o diálogo de suas formulações com debates clássicos sobre os quais se consolidou como teórico importante, tal como a discussão sobre os problemas da democracia; e mapeia o papel da tecnologia em seus pontos críticos de argumentação. Por fim, sugere-se uma atualização das análises de Lippmann, para estabelecer uma provocação intelectual sobre o valor e o potencial explicativo que elas ainda mantêm diante dos problemas do mundo atual, não obstante a distância temporal dos escritos originais.

Palavras chave: democracia, opinião pública, imprensa, massas, tecnologia.

ABSTRACT

This present dissertation proposes a perspective of reading the work of Walter Lippmann, focused on his understanding on the effects of communication technologies on social structure. For this, it searches the histories and intellectuals sources of the author's thought; it discuss the dialogue of its formulations with classical debates on which it has consolidated like important theoretician, as the discussion on the problems of democracy; and it maps the role of technology to its critical points of argument. Finally, an update of Lippmann's analysis is suggested to establish an intellectual provocation about the value and explanatory potential they still hold in the face of the problems of the present world, notwithstanding the temporal distance of the original writings.

Key words: democracy, public opinion, press, masses, technology.

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. Estado da arte: como a obra de Lippmann tem sido tratada no mundo acadêmico	10
2. O mundo nos tempos de Lippmann	23
2.1. Contexto histórico: a virada do século XIX-XX como um marco global de transformações sociais	24
2.2. Contexto intelectual: a crítica da doutrina tradicional da democracia	30
2.3. Contexto tecnológico: comunicação de massas, mas centralizada	37
3. O pragmatismo democrático: as fontes intelectuais de Lippmann	43
4. As visões de Lippmann sobre democracia, opinião pública e imprensa	49
5. O papel das tecnologias da comunicação na obra de Lippmann	62
Considerações finais	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe uma leitura da obra de Walter Lippmann sob a ótica da busca pela verificação da relevância das tecnologias da comunicação em suas formulações. A ideia é compreender em que medida o autor considera a tecnologia como central ou instrumental nos problemas sobre os quais refletiu.

Lippmann é conhecido como um dos pensadores associados à gênese das Teorias da Comunicação. No entanto, um aspecto fundamental desse campo teórico é o estudo do efeito estruturante dos meios de comunicação, entendidos como tecnologias que moldam a própria experiência humana e, conseqüentemente, as instituições sociais.

No primeiro capítulo, apresenta-se um estado da arte, ou seja, como a obra de Lippmann tem sido tratada no mundo acadêmico. Isso será importante para notar que há certas imagens consolidadas sobre esse personagem, seja como teórico ou filósofo, seja como jornalista de destaque.

No segundo capítulo, traça-se um quadro do mundo em que Lippmann viveu, para associar à sua produção intelectual. Isso foi dividido em contexto histórico, contexto tecnológico e contexto intelectual.

O terceiro capítulo traz breves pinceladas sobre o pragmatismo democrático, a corrente de pensamento que influenciou largamente boa parte das concepções de Lippmann sobre a democracia. Como é um tema central de sua obra, tornou-se importante apresentar os raciocínios essenciais dessa concepção.

No quarto capítulo, são delimitadas as visões de Lippmann sobre a democracia, a opinião pública e a imprensa, temas que alimentaram diretamente o seu desenvolvimento teórico. Fica clara uma evolução intelectual que mudou, reformulou e aprimorou os conceitos ao longo do tempo e a partir da observação dos fenômenos do mundo. Nas primeiras obras, na década de 1910 e antes da Guerra, Lippmann expressa uma visão mais otimista; nas seguintes, já no pós-Guerra, a partir da década de 1920, um realismo – que muitos podem entender até como um pessimismo – tomou conta de seus escritos.

No quinto capítulo, entrando mais diretamente no objetivo principal da dissertação, há um mapeamento de como a questão tecnológica aparece na obra de Lippmann. Assim, se responde mais incisivamente a questão do papel das

tecnologias de comunicação em seus argumentos sobre os temas centrais de sua obra.

Por fim, faz-se uma reflexão sobre a importância dos raciocínios de Lippmann para os dias atuais, considerando que o contexto histórico é outro e, especialmente, que o aparato tecnológico proporciona uma situação consideravelmente inovadora, ao menos intuitivamente.

1. Estado da arte: como a obra de Lippmann tem sido tratada no mundo acadêmico

Walter Lippmann nasceu em 1889 e morreu em 1974. Viu a transição de um mundo aristocrático a um mundo que iniciou a consolidação da democracia como sistema político e valor fundamental da civilização. Não foi um jornalista comum. Estudou na Universidade de Harvard, dedicando-se à filosofia e às línguas. Estudou com George Santayna, William James e Graham Wallas, nomes de destaque do pensamento de sua época. Talvez tenha sido o primeiro jornalista americano a ganhar o respeito dos mundos intelectual e acadêmico, bem como de círculos políticos; assim, também foi o primeiro a se tornar não um mero confidente, mas sim um conselheiro e muitas vezes mentor de presidentes e outras figuras públicas relevantes. Seus escritos, mesmo aqueles datados como colunas diárias, tais como a destacada *Today and Tomorrow*, publicada em mais de 250 jornais dos Estados Unidos a partir de 1931, revelam um pensador com preocupações além de seu tempo, cuja produção é destinada à história.

Os estudos de Lippmann têm elevada relevância no campo das teorias da comunicação, indicando não apenas uma continuidade entre os primeiros estudos da comunicação e da mídia e pesquisa contemporânea da midiatização, mas também tornando evidentes as profundas diferenças históricas entre o relacionamento mídia-sociedade no começo do século XX e hoje, o que se reflete, por exemplo, nas conceitualizações da midiatização (HJARVARD, 2014, p. 23). Portanto, apesar de passados quase cem anos de suas principais obras, não reduziu sua importância como pensador clássico do campo.

A própria produção intelectual de Lippmann se situa num período histórico crítico para a fundação de um campo de estudo que hoje se proclama como detentor de um saber próprio, o saber comunicacional. Era um momento de grandes mudanças sociais, com a consolidação de novas tecnologias e a introdução de uma nova dinâmica de comunicação. A possibilidade de difundir mensagens para grandes massas em pouco tempo trouxe a necessidade de estudar as consequências do uso desse potencial.

Lippmann foi um dos primeiros a se destacar ao propor reflexões profundas sobre a questão da comunicação de massa e de seus efeitos. Seu destaque inicial,

nesse sentido, deve-se à realização de análises complexas, envolvendo variáveis diversas, tais como aspectos psicológicos, cognitivos e filosóficos da vivência social. Tudo isso permeado pelos então paradigmas da teoria política, no momento preocupada com a consolidação da democracia, a partir da conversão de massas amorfas no que se chamava de opinião pública.

Maxwell McCombs, um dos pais fundadores da Teoria da Agenda, diz com todas as palavras que a tese defendida por Lippmann de que a mídia é uma fonte primária das imagens depositadas em nossas cabeças produziu o agendamento, um robusto resultado intelectual, uma teoria da ciência social que mapeia em considerável detalhe a contribuição da comunicação massiva a nossas imagens dos assuntos políticos e públicos (MCCOMBS, 2009, p. 111). De fato, a hipótese do agendamento ocupa lugar de destaque nos estudos sobre efeitos dos meios de comunicação de massa (WOLF, 1999, p. 144).

A Teoria da Agenda se desenvolveu, sobretudo, a partir de experimentos comportamentais, com foco em questões empíricas. O estudo inicial do agendamento, realizado em 1972, recomendou a pesquisa experimental como forma de facilitar o estabelecimento de relações de causa e efeito, uma vantagem típica dos experimentos (MCDERMOTT, 2012). Esse experimentalismo não raro leva os estudos a um campo muito mais próximo de outras disciplinas, como a psicologia, o que dificulta a localização de um objeto de pesquisa tipicamente comunicacional, sob o discurso da interdisciplinaridade. Tal dificuldade é apontada por diversos autores como a principal causa dos problemas relacionados à consolidação da Ciência da Comunicação (MARTINO, 2004), que consiste no pouco investimento na elaboração do objeto de estudo. No entanto, a Teoria da Agenda continua sendo largamente descrita com uma teoria típica da Comunicação, o que demonstra haver uma profundidade conceitual, apesar do foco experimental.

A premissa crítica da Teoria da Agenda, que lhe dá o *status* de figurar entre as mais relevantes teorias comunicacionais, foi construída por Lippmann. A ideia na qual é baseada é a de que o público conhece sempre em segunda mão, e com o desenvolvimento tecnológico da difusão massiva de mensagens, esse conhecimento é pautado por quem domina os meios de comunicação de massa. Assim, a opinião pública estaria limitada a refletir sobre os temas que são selecionados pela imprensa como importantes. Esse raciocínio é a base de boa parte da obra de Lippmann, sendo decisivo para suas compreensões sobre muitos de seus temas centrais.

Além de ser uma das teorias mais produtivas nos departamentos de comunicação de universidades do mundo todo (o que fica evidente na síntese da contribuição de pesquisadores de diversas nacionalidades, em MCCOMBS, 2009), o chamado *agenda-setting* contribuiu também para o desenvolvimento de outras teorias bastante férteis, como o *framing* e o *priming*. Sem a pretensão de alongar a descrição dessa evolução, o importante aqui é descrever esse desenvolvimento sobretudo a partir de um ponto: a pesquisa que inicia a teoria do agendamento, de McCombs e Shaw (1972), buscava correlação entre a agenda da mídia e a agenda do público, ou seja, atuando apenas na lista de tópicos considerados importantes, e não nas avaliações específicas sobre esses tópicos; posteriormente, abriram-se os olhos para efeitos de agendamento de “segundo nível”, apontando os atributos dos assuntos (GHANEM, 1997). Em outras palavras: percebeu-se efeitos de agendamento não só sobre o que as pessoas pensam, mas em *como* as pessoas pensam sobre os temas considerados importantes.

Aqui, também, fica claro o impacto de Lippmann no desenvolvimento das pesquisas que exploram esses conceitos: o *agenda-setting*, o *framing* e o *priming* são efeitos que têm como base a articulação de vieses cognitivos entre o agendamento e os conteúdos das mensagens, entre o *que* se torna objeto de pensamento e o *como* se pensa. Embora tenha escrito sobre muitos assuntos, é inegável, contudo, que a análise das limitações humanas no campo da cognição foi um de seus principais temas de estudo. Sua base filosófica, inclusive, tem como premissa a ideia de que o conhecimento é necessariamente limitado, baseado no que nossos sentidos podem nos dizer.

Esses diferentes vieses cognitivos que marcam sua obra partem de conclusões sobre os processos mentais que geram o comportamento humano, ou seja, são bastante marcados pela Psicologia. Mas ganham relevância especial por focarem na compreensão sobre como os vieses são potencializados pela capacidade tecnológica de atingir grandes massas de público. É uma forma de pensar bastante comum nos textos de Lippmann: há fenômenos que não são novos na essência, já que decorrem da própria natureza humana; tornam-se novos, no entanto, quando dispostos numa situação concreta capaz de gerar efeitos relevantes o suficiente a ponto de não poderem ser considerados mera repetição do que sempre ocorreu.

Apesar de ser considerado um dos maiores pensadores políticos americanos e de ser citado em manuais de Teorias da Comunicação como um dos pais da disciplina comunicacional, a exploração acadêmica de Lippmann é, considerando esses aspectos, ainda muito limitada. De maneira geral, sua obra é tratada pelo campo da comunicação a partir de três principais áreas: pesquisa sobre efeitos mediáticos na recepção e estudos de *agenda-setting*, *priming* e *framing*; história social de jornalismo, publicidade e relações públicas nos Estados Unidos; e relatos interpretativos sobre a gênese do campo (SODERLUND, 2005). Nessa linha, é sublinhado como autor importante sobre a formação da opinião pública e inspirador de estudos de comportamento das audiências; como jornalista de grande valor histórico; e como um dos primeiros pensadores focados no tema da comunicação de massa.

É curioso notar que mesmo quando citado em trabalhos relacionados a temas sobre os quais tratou profundamente, Lippmann aparece nos textos, com alguma frequência, apenas para fornecer certo tom de intelectualidade. No fim das contas, em boa parte das vezes, transparece o uso meramente decorativo. Não há novidade nisso, considerando que pensadores com uma escrita tão esteticamente trabalhada rendem boas frases de efeito.

No Brasil, a obra de Lippmann ainda é pouco examinada. A entrada “Walter Lippmann” na busca do banco de teses e dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) retorna apenas quatro resultados. Num deles¹, Luana Meneguelli Bonone apresenta Lippmann como autor vinculado à Teoria da Agenda. Diz o resumo:

A fundamentação teórica é constituída pelas teorias do Enquadramento (Goffman, Entman, Mauro Porto), teoria do Agenda-Setting (Maxwell McCombs, Donald Shaw e Walter Lippmann) e pelas teorias construcionistas da comunicação (a partir de Stuart Hall). (BONONE, 2013)

Essa associação direta seria, então, flagrantemente equivocada, sendo uma constatação sintomática da falta de precisão sobre a contribuição do autor,

¹ Trata-se de “Privatizando a opinião: um estudo sobre o enquadramento nas revistas *Veja* e *Carta Capital*”. 15/10/2013 230 f. Mestrado em Comunicação e Semiótica. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

considerando que ele nunca se vinculou ao agendamento, e sim foi apenas mencionado, *a posteriori*, por outros autores como inspiração para essa outra teoria.

Os outros três resultados² exploram o conceito de estereótipo, não raramente associado a Lippmann sem maior aprofundamento. Resumindo, o que caracteriza a operação do estereótipo, ele afirma, é que precede o uso da razão, impondo certo caráter nas informações antes que elas atinjam a inteligência, ativando um sistema em que informação real e preconceito ocupam a consciência ao mesmo tempo, “como se olhássemos o vermelho através de óculos azuis e víssemos o verde” (LIPPMANN, 2010, pp. 98-9). De todo modo, esses três trabalhos pouco discutem o conceito e apenas citam a origem como recurso de desenvolvimento do texto.

O conceito de estereótipo de Lippmann, aliás, não é marcado por essa simplicidade conceitual. Sua obra mais famosa, *Public Opinion*, traz um capítulo inteiro sobre a operação dos estereótipos, além de várias outras citações ao longo do texto. Essa riqueza teórica não é explorada por nenhum dos trabalhos mencionados.

A pouca menção ao autor em trabalhos brasileiros de pós-graduação não significa, no entanto, pouca relevância de seus escritos, mas nos permite, em verdade, uma triste constatação sobre sua pouca exploração até o momento. A busca por Harold Innis, por exemplo, um relevantíssimo teórico dos meios, retorna apenas três trabalhos na mesma plataforma da CAPES. Isso revela apenas a dificuldade de muitos estudantes e pesquisadores brasileiros de trabalhar com pensadores estrangeiros com poucas traduções publicadas em português (e muitas delas apenas recentemente).

Entre os trabalhos publicados em periódicos, algumas categorias podem servir à classificação de abordagens mais ou menos semelhantes. No Brasil, o número de publicações é bem reduzido: uma busca no portal de periódicos da CAPES retorna apenas dez resultados, que seguem basicamente três linhas: em trabalhos empíricos, com menção ao conceito de estereótipo, associado a

² SANTOS, Macelle Khouri. Lições de jornalismo: análise da representação do jornalismo no cinema holywoodiano de 1930 a 2000' 01/08/2009 212 f. Mestrado em JORNALISMO Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina.; ESPINDOLA, Polianne Meire. Estereótipos na Comunicação Intercultural: o caso do intercâmbio cultural na PUCRS. 01/03/2010 128 f. Mestrado em Comunicação Social. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.; e BARBOSA, Elisangela Dias. A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo. 01/10/2010 152 f. Mestrado em Língua Portuguesa. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC/SP.

Lippmann; referências à influência de Lippmann ao desenvolvimento de debates sobre temas típicos da Ciência Política; e a vinculação do autor à história do jornalismo.

Em Perez (2012), Lippmann é citado apenas para trazer o conceito de estereótipo, que foi utilizado para discutir sobre o papel da pessoa com deficiência nas organizações, estereotipada muitas vezes como pessoa incapaz. Uso semelhante ao de Biroli e Miguel (2013), que chegam a igualar o conceito de estereótipo ao de preconceito, o que tem problemas epistemológicos importantes. Apesar da semelhança conceitual, são expressões que trazem cargas, inclusive históricas e socioeconômicas, bem distintas. De todo modo, naturalmente, como trabalhos empíricos, não se poderia esperar uma articulação teórica mais bem trabalhada, mas são exemplos de como um autor pode ser mencionado pelo nome de peso, sem um estudo aprofundado.

Entender estereótipo como sinônimo de preconceito é um erro conceitual que denota uma leitura superficial. A própria ideia de preconceito, no mundo atual, traz uma carga política e ideológica densa, ligada a discussões sobre desigualdades estruturais, exclusão e inclusão social, etc. Já a ideia de estereótipo está associada a processos cognitivos da experiência humana, sendo instrumentalizada para compreender certos comportamentos, que não exatamente refletem a noção de opressões estruturais nas sociedades.

Entre os que mencionam Lippmann como referência na Ciência Política, pode-se destacar Peres (2008), que ressalta a influência do autor sobre Charles Merriam na direção do comportamentalismo, por retratar a natureza humana na política sob a ótica da irracionalidade guiada pelos sentimentos. De fato, Lippmann, inspirado em Graham Wallas, trabalhou com uma concepção de racionalidade humana distinta do paradigma da teoria da escolha racional. Substituiu a suposta racionalidade constante da ação humana, que alegava a existência de cálculos racionais sobre otimização de benefícios próprios, pela noção de que as pessoas decidem por uma racionalidade complexa, não necessariamente calculada e temperada pelos desígnios de paixões eventualmente inconscientes.

A suposta irracionalidade do público também é destacada em Grynszpan (2012), citando Lippmann como um dos que falaram sobre esse problema como obstáculo ao bom funcionamento da democracia liberal. Esse é um dos principais

temas da obra de Lippmann, presente como um fio condutor dos diversos problemas que ele se propôs a enfrentar.

Em sentido semelhante, Urbinati (2013) recorre a “*The public philosophy*”, de Lippmann, para ilustrar uma situação de “perfeição da democracia do público” possível apenas pela eliminação de referência externa à consciência e à vida da pessoa privada. É uma típica citação para trazer profundidade filosófica ao texto, mas que não se aprofunda na formulação.

Sugerindo a imagem de um pensador um tanto diferenciado, Penteado e Fortunato (2015) fazem breve menção a Lippmann como exceção entre os estudos em Ciência Política, por levar em consideração o peso dos meios de comunicação de massa. Os autores lembram o alerta de Lippmann, feito há quase cem anos, de que a Ciência Política era ensinada como se os jornais não existissem, o que em grande medida continua sendo uma realidade.

É interessante observar que, entre estudiosos da Comunicação, Lippmann costuma ser visto como um autor que foca bastante em temas políticos. Por outro lado, na Ciência Política, campo no qual também é um pensador importante, seus escritos são vistos como bastante marcados por temas da Comunicação. Isso acontece porque sua teoria política é intensamente definida por análises sobre a imprensa e seus problemas, uma variável crítica para a compreensão do jogo político, tanto em nível de disputas eleitorais e institucionais, quanto no plano estrutural do entendimento sobre o poder político. Nesta direção, por exemplo, vai o trabalho de Rüdiger (2010), buscando, entre diversas fontes clássicas, entre as quais se encontra Lippmann, elementos para uma crítica do jornalismo moderno.

Outra perspectiva é trazida por Berger e Marocco (2008), que citam Lippmann na busca por influências fundadoras do jornalismo e de seu funcionamento. Sua importância, aqui, está no valor de um profissional de destaque para a história do ofício. Lippmann, portanto, não se tornou relevante apenas como pensador teórico do campo comunicacional, ganhou importância também por sua atividade profissional. Foi um jornalista historicamente marcante, o que inspira menções a seu nome como um modelo para um jornalismo de qualidade.

No plano internacional, a produção é bem mais volumosa. É indispensável iniciar pela menção do fato de que entre as teorias tradicionalmente listadas como da comunicação, a do *agenda-setting* talvez seja a que mais explicitamente confessa a inspiração em Lippmann. Maxwell McCombs afirma que Lippmann é o

pai intelectual da ideia agora denominada como agendamento (MCCOMBS, 2009, p. 19). O que aconteceu, de fato, é que essa inspiração aparece como fagulha inicial, que inspirou pesquisas empíricas cada vez mais afastadas da estrutura teórica na qual têm origem. Essa perspectiva reforçou a tendência de menção ao autor num sentido de “museu das ideias”, como citação que eleva a erudição do texto, mas sobre a qual os pesquisadores não se debruçam por muito tempo.

Entre as menções mais comuns, um clássico debate se estabeleceu denominado “Debate Dewey-Lippmann”, propagando a ideia de Lippmann como um antidemocrata e John Dewey como um intelectual esperançoso na efetivação da real participação do público na democracia. A questão é objeto de trabalhos como os de Pogrebinski (2004) e Silva (2016), no Brasil, e Whipple (2005), entre os mais destacados em língua estrangeira. É curioso que tanto esforço acadêmico tenha sido depositado nesse tema, considerando que Dewey e Lippmann compunham uma mesma corrente de pensamento sobre a democracia, apesar das nuances conceituais de cada um.

É interessante observar a investigação de Urbanski (2012), que mapeia em Lippmann a concepção de indivíduo, cuja representação traria o imperativo ético de um preparo individual, pela reflexão autônoma diante do conhecimento adquirido pela educação, significando a possibilidade de indivíduos diferenciados na capacidade de compreender a realidade, o que contrastaria com as formulações de Dewey de que todos têm igual voz e participação. Os traços de elitismo são novamente associados a Lippmann, como alguém que cultuava a ideia de preparação intelectual de uma minoria para tomar as decisões que guiam a sociedade. Na verdade, a valorização da educação como aperfeiçoamento pessoal é um aspecto que ele tem em comum com Dewey. Ambos reforçaram a ideia de que a natureza humana nos impõe limitações, o que reflete em dificuldades de operacionalizar os valores maiores da democracia, já que não haveria nos cidadãos a capacidade de exercer o governo. No entanto, acreditaram na educação e aprimoramento pessoal como remédio para essas limitações.

Apesar de parecer um embate clássico, o debate “Dewey-Lippmann” foi criado por James Carey na década de 1980. É o que aponta Sue Curry Jansen, em trabalho publicado em 2012. Como a autora destaca, Carey, em artigos publicados em 1978 e 1980, descreveu Dewey e Lippmann em termos colaborativos, compartilhando uma agenda em comum de preservação da democracia. Isso seria

consistente com o modo pelo qual os dois intelectuais foram representados ao longo da maior parte do século XX. Sem explicação, no entanto, Carey mudou seus apontamentos a partir de 1982, e começou a caracterizar a relação entre os dois como um conflito. Em seu influente livro, *Communication and Culture* (1989), ele descreveu uma série de publicações dos dois como um “debate” e um “conflito”, como se eles representassem posições filosóficas opostas. Carey, inclusive, chegou a comentar longas citações de “*The Public and Its Problems*”, de Dewey, mas não fez nenhuma referência textual direta ao trabalho de Lippmann. (JANSEN, 2012, p. 27)

Boa parte das leituras da obra de Lippmann são de fato marcadas por uma má interpretação, ou no mínimo por um radical e exagerado entendimento, fundado por Carey, de que, essencialmente, Lippmann tomaria o público como fora da política e a política fora da vida do público (CAREY, 1995, p. 390). Talvez Lippmann tenha sofrido, com isso, de um mal que ele mesmo descrevera ao falar do problema de ler a realidade através de um filtro de estereótipos, já que estes podem tê-lo relegado injustamente à condição de ícone reacionário.

Na verdade, Lippmann de fato se dedicou a analisar os problemas da democracia, e em muitos momentos destacou a dificuldade do público de influir efetivamente na política. Mas o fez não como alguém que pretende substituir o regime democrático, e sim como um crítico do que considerava uma ilusão. Seu embate era com o que chamou de falso ideal, ou seja, a ideia, central na doutrina tradicional da democracia, de que seria possível franquear ao povo o controle direto sobre o poder político. Não era um esforço antidemocrático. Trata-se de uma análise realista, mas sem deixar de lado a conclusão sobre a democracia ser a melhor forma de governo.

McChesney (2013) é outro a desconstruir o conservadorismo impregnado à imagem de Lippmann. Busca respostas para a crise do jornalismo em duas obras: “*A Test of The News*” e “*Liberty and the news*”. A partir desses textos, promove a ideia de que uma opinião pública saudável depende de um acesso suficiente a informações de qualidade, como base de todo sistema democrático. Lippmann reforçou essa ideia ao longo de toda a sua vida, o que permite concluir que não podia ser um antidemocrata. Sua perspectiva aparentemente pessimista sobre a democracia muitas vezes residiu na percepção pouco esperançosa numa imprensa qualificada.

Essa abordagem vai contra o senso comum de que Lippmann era um mero elitista antidemocrático, já que sua real preocupação seria a de combater as notícias enganosas, protegendo o público delas. Assim, McChesney (2013, p. 4) aponta ao problema de coberturas noticiosas desastrosas, por intervenções, conscientes ou não, que acabam afastando os relatos jornalísticos da verdade. O jornalismo é apresentado, então, como um serviço público que não pode ser abandonado aos caprichos do mercado ou à pressão governamental, de modo que seria necessário investimento público para aparição de veículos independentes. A concentração da propriedade sobre os meios de comunicação foi, também, uma grande preocupação de Lippmann. Ele criticou duramente o monopólio de cabos telegráficos de transmissão, o que apontou como uma das principais ferramentas à disposição dos censores. Até hoje, boa parte das críticas à imprensa tem como base a pouca concorrência entre os veículos mediáticos, o que facilita a manipulação de informações e a contaminação da opinião pública, impedida de se subsidiar com a verdade.

Jansen também destaca a má interpretação que se faz de Lippmann ao associá-lo à promoção de técnicas de propaganda para manipular as massas. De fato, as reflexões de Lippmann sobre a relação entre imprensa, opinião pública e democracia mostram, na verdade, um pensador preocupado com a manipulação de informações, através de propaganda ou censura. Por isso, Jansen considera, corretamente, que nenhum leitor sério de Lippmann pode considerá-lo antidemocrático, ou que ele defende a manipulação da opinião pública por governos e interesses privados. Essas visões são atribuídas a Lippmann por críticos e mesmo por alguns supostos admiradores de seu trabalho, que invertem ou pervertem seus argumentos contra a propaganda e a censura (JANSEN, 2012, p. 93).

É um equívoco, portanto, considerar Lippmann um promotor de técnicas de propaganda para o controle das massas. Ele descreveu esse uso por governos e grandes corporações privadas, mas sempre em tom de quem tratava sobre um problema, jamais aceitando a censura e a propaganda como boas práticas.

Partindo de outro ponto, mais ligado a uma investigação sobre as origens do pensamento de Lippmann, García (2015) acaba por afirmar algo semelhante. Ele identifica as influências do filósofo holandês Spinoza sobre o pensamento de Lippmann, no sentido de abertura da possibilidade de que os indivíduos sejam capazes de amenizar os efeitos negativos da distorção dos fatos promovida pelos

meios, desde que busquem pensamento e reflexão racionais, o que depende de uma preocupação com a verificação de informações de maneira autônoma. Essa possibilidade está associada mais ao chamado “jovem Lippmann”, que defendia, na linha de Dewey, inclusive, que a educação poderia ser um remédio para os problemas do público e da opinião pública na democracia.

Há ainda alguns trabalhos que expressam a pretensão de atualizar o pensamento de Lippmann para um mundo com novas tecnologias, entre os quais pode-se destacar os artigos “*The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism*”, de Bimber (1998), que retorna aos problemas da democracia descritos por Lippmann, tais como a emergência de populismos irracionais, para trabalhar a ideia de que eles podem continuar existindo ainda que haja um potencial de mudança considerável a partir do advento da internet. As dificuldades de se corrigir os impulsos irracionais das massas, portanto, continua sendo um tema relevante. Mais do que isso, os trabalhos de Lippmann sobre o tema, passados tantos anos, também continuam tendo uma carga explicativa considerável, sendo consultados em tentativas de compreender o fenômeno no mundo atual.

Obar (2015), em “*Big Data and The Phantom Public: Walter Lippmann and the fallacy of data privacy self-management*”, discute a possibilidade de que a grande quantidade de informações disponíveis sobre a atuação governamental, no mundo atual, não tenha permitido um real controle social sobre a ação das autoridades políticas. Lippmann considerava que um dos requisitos para a atuação política do público era a disponibilidade de informações relevantes e precisas, no tempo correto. Em seu tempo, isso era especialmente difícil por conta da limitação imposta pelas tecnologias então disponíveis, o que se combinava com a frequente qualidade reduzida da informação produzida pela imprensa, além da censura e propaganda conscientemente trabalhadas para guiar as interpretações da opinião pública. O debate ganha novos contornos a partir do advento das novas tecnologias, capazes de difundir cada vez mais dados, de forma cada vez mais rápida e para cada vez mais pessoas. Coloca-se a pergunta, portanto, sobre até que ponto podem essas novas tecnologias significar um novo horizonte de reforço da democratização das sociedades.

Nesse sentido, destaca-se “*Mediatization and cultural and social change: An institutional approach*”, de Hjarvard (2014). É interessante analisar uma de suas conclusões:

As mídias são ferramentas sociais para a produção de atenção, mas o recurso verdadeiro é a capacidade da mídia em controlar como a informação é representada (por exemplo, enquadrada ideologicamente ou narrada artisticamente), como as relações são construídas (por exemplo, quem se conecta a quem e de que formas), e para qual finalidade social as ações comunicativas servem (por exemplo, entretenimento, educação, persuasão etc.). (HJARVARD, 2014, p. 40)

Hjarvard, desse modo, faz referência a uma ideia comumente associada a Lippmann. As características dos meios de comunicação de massa definem como essas ferramentas podem representar informações. Evidentemente, a vivência humana é definida em grande medida pelas representações mentais que são construídas e compartilhadas entre os indivíduos e grupos. Portanto, compreender a forma como os meios funcionam ajuda a entender como se dão as complexidades das próprias relações humanas, explicando mudanças culturais e sociais de grande dimensão.

Colocando em extremos duas perspectivas distintas, quais sejam a de um determinismo tecnológico e a de um uso instrumental dos meios, há um caminho entre esses dois pontos, um espaço no qual se pode posicionar formulações e argumentos, ou mesmo a obra de um autor. Hjarvard parece focado, então, nas intenções de quem controla os meios, e naturalmente na mensagem que é forjada a partir disso. É uma análise que aproxima Lippmann da instrumentalidade dos meios, ou seja, que posiciona seu pensamento entre aqueles que entendem que a tecnologia é uma mera ferramenta, com seus usos sendo definidos pela vontade humana.

A alternativa, no outro extremo, é considerar a tecnologia como absolutamente determinante das relações sociais, das estruturas de classe e até da dinâmica de ocupação e movimentação espacial das populações. Nessa perspectiva, a liberdade humana de definir modos de vivência social é fortemente restringida pela evolução tecnológica. As relações de poder, as instituições estabelecidas e até mesmo as dinâmicas cotidianas seriam profundamente determinadas pela condição técnica.

Como se verá mais à frente, Lippmann não considerou as tecnologias, e mais especificamente as tecnologias de comunicação, como meros instrumentos, à disposição das vontades humanas, podendo pender para o bem ou para o mal dependendo da utilização dada. É claro que não ocupou nenhum desses dois extremos mencionados, com muitas de seus raciocínios sendo restritos a situações pontuais da história humana.

Por outro lado, ele também percebeu que o desenvolvimento tecnológico é crucial para a compreensão dos temas para os quais destinou atenção especial, tal como os problemas da democracia, a formação da opinião pública, o funcionamento da imprensa e a possibilidade de participação das massas nos assuntos públicos. A abordagem desta dissertação é construída justamente a partir da tentativa de explorar essa perspectiva.

2. O mundo nos tempos de Lippmann

Walter Lippmann foi um pensador intimamente ligado aos dilemas de seu tempo. Apesar de demonstrar uma profundidade intelectual vista em poucos, ele não se perdeu em formulações exageradamente abstratas. Sua base filosófica se conectava ao seu trabalho prático como jornalista, impedindo tanto que a teoria se afastasse da vida real, quanto que o jornalismo se contaminasse pelas exigências de produtividade do cotidiano.

Sendo assim, antes de adentrar em suas obras, é importante entender um pouco do contexto no qual escreveu. Isso ajudará a entender porque ele pensou sobre o que pensou. No limite, também fornece pistas sobre suas visões teóricas e de mundo.

Esse contexto foi dividido em três partes. Na primeira, aborda-se questões históricas, relacionadas às transformações sociais ocorridas na esteira das revoluções burguesas da Idade Moderna. Na segunda, descreve-se as tecnologias que apareciam como novidades em seu tempo, e que são variáveis fundamentais para a compreensão dos problemas que permeiam a sua obra. E, na terceira, há um resumo do debate da tradição liberal-democrática sobre os problemas da doutrina tradicional da democracia, um campo em que Lippmann marcou presença decisiva.

2.1. Contexto histórico: a virada do século XIX-XX como um marco global de transformações sociais

Boa parte das principais obras de Walter Lippmann foi publicada durante sua juventude, notavelmente aquelas relacionadas à análise dos efeitos dos meios de comunicação de massa. Sendo assim, considerando os anos nos quais viveu, pode-se concluir que a compreensão de seus escritos exige uma contextualização sobre um período histórico marcado por mudanças sociais em ritmo acelerado. A virada do século define um momento de consolidação das transformações, cujo conteúdo moldaria os grandes eventos do século XX, como as duas grandes guerras, o centralismo europeu nos conflitos mundiais. Entre estas transformações temos a introdução de tecnologias que mudariam para sempre a experiência humana, desde os meios de produção, passando por tecnologias de comunicação, até técnicas industriais de execução de um genocídio.

Para compreender esse período, não se pode ir diretamente ao final do século XIX, já que um ponto na história não ganha destaque sem um caminho anterior que o anuncia. A intelectualidade burguesa, com seus valores liberais, comemorava a vitória sobre o Antigo Regime com os centenários da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789). A ideologia dominante e condições materiais haviam mudado. Hobsbawm (2008, p. 50), ao estabelecer uma comparação entre o mundo dos anos 1780 e o mundo dos anos 1880, traça as diferenças que dão a medida da mudança. Em primeiro lugar, afirma o historiador, em 1880 o mundo era genuinamente global, com quase todas as suas partes conhecidas e mapeadas de modo mais ou menos aproximado; a ferrovia e a navegação a vapor haviam reduzido as viagens intercontinentais a uma questão de semanas, em vez de meses, e em breve as tornariam uma questão de dias; com o telégrafo elétrico, a transmissão de informação ao redor do mundo era agora uma questão de horas. Ao mesmo tempo, prossegue, o mundo era muito mais densamente povoado, de modo que em 1880 havia aproximadamente 1,5 bilhão de seres humanos vivos, o dobro da população mundial em 1780.

O mundo mais conectado no que diz respeito à circulação de pessoas, mercadorias, informações, etc., também caminhava para ser um mundo mais dividido. A Europa, berço do desenvolvimento capitalista e que produzia riquezas em níveis sem precedentes, afirmava uma centralidade global nas relações econômicas

e políticas. A desigualdade global entre o mundo “desenvolvido” e o que hoje chamamos de Terceiro Mundo pode ilustrar essa “divisão”, mas ela também se expressa no próprio conflito entre os europeus. Com a corrida pela exploração de novas colônias limitada pela finitude de territórios no planeta, estabelecia-se uma tensão entre as nações com potencial e inspiração imperiais. Qualquer um que estude as motivações para a Primeira Guerra Mundial verá que ela se desenhou a partir das disputas coloniais travadas no século XIX. O que definia o século XIX, conclui Hobsbawm (2008, p. 72), era a mudança, em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do litoral do Atlântico norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Assim, com algumas exceções marginais, todos os países, mesmo os mais isolados, estavam, ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial.

Essa transformação não se restringe ao nível de análise das grandes nações com motivação imperialista. Também se deu na consolidação de ideologias e na reestruturação do jogo político em função de novos valores legitimadores do poder do Estado nacional. A soberania absoluta do Antigo Regime começava a ser substituída, num movimento sem volta, pelo ideal democrático de soberania popular. O liberalismo, hoje visto como ideologia que deslegitima as massas, favorecendo a centralidade do indivíduo frente ao potencial tirânico da maioria, contribuiu, juntamente com a esquerda ideológica, para exigir que todos passassem a ter livre acesso às realizações de uma cultura antes restrita às elites, incluindo um leque de direitos básicos que agora deveriam ser garantidos a todos os cidadãos, como sinal de avanço civilizatório.

A cultura democrática de valorização da igualdade e da liberdade ganhava força. Isso se refletiu não só no plano político, mas num nível mais profundo, afetando o conjunto dos valores morais e culturais. Igualar formalmente todos os indivíduos desafiava velhas noções aristocráticas. Um dos aspectos mais básicos da teoria democrática, qual seja, a regra de que cada cidadão representa um voto, significava, para a maioria, uma elevação de condição política, considerando que antes suas opiniões simplesmente não importavam. Para as classes antes poderosas, por outro lado, significava um rebaixamento.

Viu-se a consolidação da ideia de massa, para descrever um conjunto de pessoas que se comportavam de maneira desindividualizada. Ortega y Gasset (2016), por exemplo, chegou a descrever a massa como amorfa, indiferenciada. A

ideia de fundo é que o que podia haver de comum numa junção incontável de pessoas eram os instintos humanos mais básicos, comuns a todos os homens. O resultado é que a massa seria definida como rasa, com padrões morais precários e, portanto, violenta e vulgar. A ascensão das massas não se estabeleceu apenas como um traço cultural. Elas de fato tomaram os espaços sociais, gerando uma reação intelectual preocupada com a perversão dos valores elevados da civilização. A sociedade havia amadurecido para reconhecer direitos a todos, e agora isso parecia, para muitos, um erro que poderia colocar em risco o próprio aprimoramento da cultura. As palavras de Ortega y Gasset fornecem uma descrição visual dessa reação:

Que é o que vemos e ao vê-lo nos surpreende tanto? Vemos a multidão, como tal, possuidora dos locais e utensílios criados pela civilização. Apenas refletimos um pouco, nos surpreendemos de nossa surpresa. Mas quê, não é o ideal? O teatro tem suas localidades para que se ocupem; portanto, para que a sala esteja cheia. E do mesmo modo os assentos o vagão ferroviário e seus quartos o hotel. Sim; não há dúvida. Mas o fato é que antes nenhum destes estabelecimentos e veículos costumavam estar cheios, e agora transbordam, fica fora gente afanosa de usufruí-los. Embora o fato seja lógico, natural, não se pode desconhecer que antes não acontecia e agora sim; portanto, que houve uma mudança, uma inovação, a qual justifica, pelo menos no primeiro momento, nossa surpresa. (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 78)

E a ideia de massa, conclui Ortega y Gasset, surge de um raciocínio sobre a presença constante das multidões:

O conceito de multidão é quantitativo e visual. Traduzamo-lo, sem alterá-lo, à terminologia sociológica. Então achamos a ideia de massa social. A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Não se entenda, pois, por massas só nem principalmente 'as massas operárias'. Massa é 'o homem médio'. Deste modo se converte o que era meramente quantidade – a multidão – numa determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o monstrengo social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico. Que ganhamos com esta conversão da quantidade para a qualidade? Muito simples: por meio desta compreendemos a gênese

daquela. É evidente, até acaciano, que a formação normal de uma multidão implica a coincidência de desejos, ideias, de modo de ser nos indivíduos que a integram. (ORTEGA Y GASSET, 2016, p.80)

Assim, a massa era vista como um risco à consolidação de altos valores da cultura. Isso ecoou na teoria política ao longo do século XX, sendo um problema central a ser enfrentado tanto por defensores quanto por críticos da democracia. Tornar o poder político acessível às massas, ou mesmo converter essa noção amorfa de massa numa visão mais positiva, que criasse a possibilidade real de democracia, foi visto como a grande tarefa (ou a grande ilusão) dos teóricos democráticos.

No campo econômico, o século XIX viu a passagem de uma postura generalizada de desprezo às massas, cujo mercado ainda era limitado a poucas empresas que achavam que valia a pena ser fornecedor dos pobres, a um avanço técnico que fortaleceu o sistema capitalista, permitindo um elevado ritmo de produção industrial a custos baixos, tornando possível o acesso das massas ao consumo e, por conseguinte, à melhoria de qualidade de vida proporcionada pelas benesses do capitalismo burguês. Isso significa que a condição material geral da humanidade passou a melhorar como nunca antes. Os frutos práticos da ciência, como a melhoria das técnicas de medicina e o aumento da produção de alimentos, também passaram a atingir mais pessoas, ainda que a desigualdade tenha permanecido como traço marcante das nações e do mundo como um todo.

Outra massificação digna de nota é a da alfabetização. Com a ampliação do acesso à educação, a leitura passou a ser possível para consideráveis parcelas da população dos grandes centros. A consolidação da imprensa de Gutenberg como tecnologia capaz de disseminar o conhecimento foi crucial para uma mudança quantitativa da opinião pública, antes restrita a poucos que acessavam os jornais. Em 1880, 186 milhões de exemplares de jornais e revistas eram publicados por mês nos EUA, contra 330 mil em 1788 (HOBBSAWM, 2008, p. 76). Isso significa que as massas passaram a ter mais acesso aos assuntos públicos. A democracia daria a possibilidade, ao menos formal, de que elas interferissem nas decisões sobre esses assuntos.

A democracia, vista como triunfo sobre o poder ilimitado dos déspotas, carregava um sentido – que se preserva até hoje – de valor moral elevado. Aplicá-la, ao menos formalmente, era inevitável para a maior parte do mundo ocidental. As elites, obviamente, concentravam muito poder, mas os sistemas políticos baseados num eleitorado cada vez mais amplo trariam como consequência lógica a mobilização política das massas para as eleições, no sentido de pressionar os governos nacionais (HOBSBAWM, 2008, p. 78). As massas seriam, então, decisivas para o jogo eleitoral. Os políticos eram obrigados, cada vez mais, a apelar para um eleitorado de massas, diante da óbvia dificuldade de ter votações expressivas com um discurso que apontasse a ignorância da maioria dos eleitores para saberem o que era melhor em política ou para o futuro do país, ainda que em muitos casos essa inépcia fosse evidente. Um exemplo do potencial problemático desse quadro pode ser encontrado no fato de que as classes médias baixas, em vários países, moviam-se por um considerável antissemitismo, identificando os judeus como intelectuais que solapavam antigas verdades da moralidade e da família patriarcal (HOBSBAWM, 2008, p. 132).

O pensamento intuitivo sobre uma parcela grande da sociedade que toma consciência de seu poder democrático sugere que essa parcela operará em busca de interesses específicos, visando a um ganho material sobre aqueles que não compõem a maioria. No entanto, há que se ressaltar que os movimentos de massa desse período de virada de século eram ideológicos, mais que simples grupos de pressão a favor de objetivos específicos. A religião, o nacionalismo, a democracia, o socialismo, as ideologias precursoras do fascismo entre guerras: tudo isso mantinha unidas as massas recém-mobilizadas, quaisquer que fossem os interesses materiais também representados por seus movimentos (HOBSBAWM, 2008, p. 138).

Os movimentos de massa eram, ainda, globais, no sentido da eliminação da velha política localizada, baseada nos homens com poder e influência local, conhecidos como notáveis (HOBSBAWM, 2008, p. 139). Percebe-se, nesse fato, uma evidência da forte tendência de ascensão das massas como símbolo de uma política totalizante. Diante da progressiva centralidade das massas, muitos governantes acabavam optando inicialmente pela coerção, como forma de controle social. Essa estratégia foi minada fatalmente pela semântica do discurso liberal, que naturalmente rejeita os excessos do poder político.

O passo seguinte foi a compreensão de que as massas poderiam ser domadas dentro de sistemas democráticos, desde que seus anseios fossem atendidos e os descontentamentos reduzidos. Um paradoxo interessante, então, se desenhou. Por um lado, os movimentos de massa ganharam com os valores do liberalismo burguês: já que todos são entendidos como iguais, isso significa a decadência da aristocracia. Por outro, eles não lidam bem com a ideia, central a esse mesmo liberalismo, de que o poder deve ser limitado, ainda que seja expressão da maioria. No fim das contas, trata-se de um impasse comum no pensamento de qualquer teórico que se propôs a refletir de maneira realista sobre o significado da democracia, como se verá mais à frente.

Lippmann é um desses teóricos. Sua obra não pode ser compreendida dissociada do debate sobre a possibilidade da democracia direta. Ele se introduziu numa longa discussão teórica que tem como base a constatação de que a democracia de massas pode ser, por um lado, perigosa, autoritária, por não impor limites à vontade majoritária e, por outro, uma mera abstração para legitimar o poder de atores que não são realmente sustentados pelo interesse popular.

2.2. Contexto intelectual: a crítica da doutrina tradicional da democracia

As formulações teóricas de Lippmann se situam num contexto intelectual bastante específico. Ele se encontrava num momento em que os valores da democracia se consolidavam como novo paradigma da legitimação do poder político. A observação prática sobre o funcionamento desse novo marco, no entanto, motivavam reflexões que traziam clássicas discussões sobre os problemas da democracia.

Um dos conceitos mais tradicionais de democracia é aquele que se situa na formulação da teoria aristotélica das três formas de Governo. A democracia, como governo do povo, de todos os cidadãos, distingue-se da monarquia, como governo de um só, e da aristocracia, como governo de poucos (BOBBIO, 1998, p. 319). Na verdade, como explica Bobbio (1998, p. 320), na tipologia aristotélica são distintas três formas puras e três formas corruptas, conforme o detentor do poder governa no interesse geral ou no interesse próprio. O governo de um só é chamado “monarquia”, sendo a “tirania” sua forma em que predominam as vantagens para o monarca; o governo de poucos é a aristocracia, que passa a ser “oligarquia” quando se estabelece como vantagem para os ricos; e o governo da maioria é chamado de “politeia”, enquanto sua forma corrupta ganha o nome de “democracia”. Já havia, portanto, na teoria política clássica, a identificação de um sentido negativo que pode tomar a democracia.

A democracia, como se conhece hoje, começa a ganhar forma com o Liberalismo, sobretudo a partir do século XIX, impulsionado tanto por formulações teóricas e ideológicas quanto por revoluções de impacto direto na história do mundo. O grande ideólogo da Revolução Francesa, Jean Jacques Rousseau (1973), com o conceito de “vontade geral”, estabeleceu as bases do raciocínio segundo o qual a legitimidade do poder só poderia ser encontrada no povo.

A violência revolucionária seria, então, justificada pela necessidade de destruir as estruturas políticas que não condiziam com a vontade popular. Se havia restrições morais a resolver os problemas violentamente, a argumentação de Rousseau as ignorava, justificando ações radicais para devolver o poder aos rumos determinados pela vontade geral. Ideólogos revolucionários aprovaram,

evidentemente. Mas houve uma considerável reação de pensadores mais moderados.

Como uma das maiores preocupações do Liberalismo clássico era a limitação do poder político, até então concentrado na figura do soberano no Antigo Regime, um tema importante passou a ser como evitar que a maioria repetisse os males do poder desenfreado. Afinal, o Estado, para os liberais, deve se caracterizar pelo reconhecimento e garantia de direitos individuais fundamentais, de modo que se a vontade da maioria se coloca contra esses direitos, a tão buscada liberdade fica em risco. Pensadores liberais, como John Stuart Mill, Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville, então, desenvolveram o argumento de que a vontade geral de Rousseau, que resultaria em democracia direta, seria incompatível como o Estado liberal. A democracia compatível seria, portanto, a representativa ou parlamentar, em que o governo é guiado efetivamente por um corpo restrito de representantes eleitos pelos cidadãos (BOBBIO, 1998, p. 324).

Essa concepção liberal da democracia redefiniu a participação política como manifestação da liberdade de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, além de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito. É uma concepção que se opõe à concepção pura de democracia, também chamada participacionista (BOBBIO, 1998, p. 324).

Desenvolveu-se o constitucionalismo, como doutrina de limitação do poder político. Era a face jurídica do Liberalismo. A ideia era substituir a soberania dos absolutistas por uma soberania limitada, reconhecida ao povo como direito natural. O que se seguiu, como destaca Costa (2011, p. 223), é que o constitucionalismo liberal buscou escapar do paradoxo da soberania limitada mediante a ficção de que o povo permanece soberano mesmo com o advento da constituição, uma construção idealizante que acabaria por desnaturar a própria noção de soberania, esvaziando seu conceito e reduzindo-o a um elemento retórico de legitimação dos poderes constituídos. Em outras palavras, o povo seria soberano, mas não no sentido absoluto do Antigo Regime, e sim como base filosófica legitimadora do poder, ao lado de outra base, a constituição, com suas instituições, que serviriam para impedir os excessos.

A reformulação liberal da democracia focou, de maneira geral, mais em direitos individuais e na fixação de procedimentos para garanti-los, do que na promoção de um modelo em que o povo de fato governa. Isso acabou traduzido num

termo bastante comum atualmente: “Estado democrático de Direito”. Significa, portanto, um Estado marcado por princípios democráticos, mas com uma vontade popular que encontra limites no Direito. Para os partidários dessa corrente, não significa limitar a democracia, mas sim garanti-la, já que seria impossível sem a proteção desses direitos indispensáveis ao exercício da liberdade. A soberania popular continua sendo buscada, mas não como princípio absoluto, e sim como horizonte a ser visado, sem que se abra mão de outros valores a partir de uma mera regra da maioria. Bobbio resume as duas direções nas quais a linha de desenvolvimento da democracia nos regimes representativos pode figurar-se:

“a) no alargamento gradual do direito de voto, que inicialmente era restrito a uma exígua parte dos cidadãos com base em critérios fundados sobre o censo, a cultura e o sexo e que depois se foi estendendo, dentro de uma evolução constante, gradual e geral, para todos os cidadãos de ambos os sexos que atingiram um certo limite de idade (sufrágio universal); b) na multiplicação dos órgãos representativos (isto é, dos órgãos compostos de representantes eleitos), que num primeiro tempo se limitaram a uma das duas assembleias legislativas, e depois se estenderam, aos poucos, à outra assembleia, aos órgãos do poder local, ou, na passagem da monarquia para a república, ao chefe do Estado. Em uma ou em outra direção, o processo de democratização, que consiste no cumprimento cada vez mais pleno do princípio-limite da soberania popular, se insere na estrutura do Estado liberal entendido como Estado, *in primis*, de garantias. Por outras palavras, ao longo de todo o curso de um desenvolvimento que chega até nossos dias, o processo de democratização, tal como se desenvolveu nos Estados, que hoje são chamados de Democracia liberal, consiste numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo. Neste contexto histórico, a Democracia não se apresenta como alternativa (como seria no projeto de Rousseau rejeitado por Constant) ao regime representativo, mas é o seu complemento; não é uma reviravolta mas uma correção.” (BOBBIO, 1998, p. 324)

A perspectiva liberal não deixa de ser, portanto, uma visão idealista de democracia. Apesar de assim soar para muitos democratas de hoje, por trazer a imagem de que a proposta era de se restringir uma suposta vontade democrática, havia ali um conceito, um modelo a ser seguido. A vontade da maioria deveria ser

restringida não por ser democrática, e sim por poder representar, quando corrompida e desenfreada, uma ameaça à consolidação da própria democracia.

A esquerda política, evidentemente, sustenta acusação de que os liberais impedem a verdadeira concretização do interesse popular. Mas, do ponto de vista teórico, isso não significa, para os liberais, uma atitude antidemocrática. Eles enumeram a democracia entre os seus valores inegociáveis, dando o valor de ideal a ser perseguido.

Ao longo do século XX, outra reformulação da concepção participacionista da democracia ganhou força. Formulou-se uma crítica que pretendeu fundar-se exclusivamente sobre a observação dos fatos, para ser uma crítica não ideológica, segundo a qual a soberania popular é um ideal-limite e jamais correspondeu ou poderá corresponder a uma realidade de fato, porque em qualquer regime político, qualquer que seja a fórmula política sob a qual os governantes e seus ideólogos o representem, é sempre uma minoria de pessoas que detém o poder efetivo (BOBBIO, 1998, p. 326). Portanto, o embate ideológico sobre qual modelo institucional é de fato democrático seria sem sentido, considerando que o próprio conceito de democracia adotado era uma idealização vazia.

Essa linha de pensamento ficou conhecida como elitista, por ler o mundo por uma lente segundo a qual para entender uma sociedade é preciso entender como agem as suas elites. Em “Os Partidos Políticos”, livro que teve sua primeira edição publicada em 1911, Robert Michels (1973), um dos precursores dessa corrente, descreveu a famosa “lei de ferro da oligarquia”, segundo a qual há uma lei social intransponível que garante que, em qualquer agrupamento humano, o poder será exercido por uma minoria. Isso seria consequência de sua visão de que as massas são incapazes de terem maior grau de participação no processo decisório, de modo que, na vida prática, a democracia é apenas uma aparência pela qual a aristocracia se apresenta.

A crítica elitista acaba por romper, de certa maneira, com a teoria aristotélica das três formas de governo, já que sugere que a única forma de governo seria a oligárquica. No entanto, é importante ressaltar que isso não implica que todos os regimes sejam iguais, mas simplesmente que, se uma diferença pode ser destacada, esta não pode depender de um critério extrínseco como o do número de governantes, mas dos vários modos com que uma classe política se forma, se reproduz, se renova, organiza e exerce o poder (BOBBIO, 1998, p. 327). A

democracia, assim, qualificaria o modelo oligárquico por fundamentar o poder das classes políticas na conquista das classes inferiores, ao invés da antiga regra de transmissão hierárquica do poder.

Em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* [1942], Schumpeter (1961) condensa essa ideia de elitismo democrático, ao apontar o elevado nível de abstração em conceitos centrais tanto da democracia pura quanto da democracia liberal, tais como “povo”, “bem comum” e “vontade geral” (como na formulação de Rousseau). Essas noções seriam, segundo ele, provavelmente não-democráticas, pois são rasas o suficiente para serem instrumentalizadas, estabelecendo vantagens e privilégios a certos grupos. Ao colocá-las como centrais, a teoria democrática estaria buscando o impossível, o que a faria cair numa armadilha antidemocrática.

O método democrático, para Schumpeter, é um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor (SCHUMPETER, 1961, p. 328). Essa teoria de democracia considera, portanto, que num sistema democrático, a função primária do eleitorado é eleger o governo – aceitando ou não líderes – e não de fato controlar o Estado. O foco dos regimes democráticos, assim, deveria se concentrar no processo decisório de escolha da representação, com o problema da formação de lideranças políticas.

Lippmann é comumente mencionado como um membro ilustre do elitismo democrático. Para muitos, suas ideias são fruto de uma arrogância aristocrática de considerar o povo incapaz de decidir bem politicamente. É uma acusação controversa, porque esbarra em passagens que deixam claro que se trata de um pensador público inegavelmente democrata. De todo modo, não se pode afirmar que seus textos são ingênuos às críticas liberais ou elitistas. Expressam, na verdade, o cenário teórico sobre o qual sua obra floresceu.

Nesse contexto teórico, de mitigação da doutrina tradicional de democracia pura, destacam-se alguns temas controversos comumente tratados por teóricos da democracia, independentemente da perspectiva adotada e dos juízos de valor assumidos. São tópicos apontados como “problemas da democracia”, que Cunningham (2009) resume com a seguinte lista: a “tirania da maioria”; a “massificação da cultura e da moral”; a ideia de “governo ineficaz”; a sugestão de que a democracia promove conflitos; a demagogia e “o espaço vazio” da democracia; a preocupação de que a democracia pode servir como “máscara de

governo opressivo”; e a acusação de que a democracia pode promover um processo de escolha irracional.

O problema da tirania da maioria é bastante familiar a qualquer um que já tenha refletido um pouco sobre o significado da ideia de soberania da regra da maioria. A maioria, afinal, ganha esse nome porque se refere a um grupo de indivíduos maior do que outro grupo, chamado minoria, de modo que se é admissível alguma onipotência a uma maioria, seria admissível que esse poder fosse usado contra seus adversários, minorias por definição (TOCQUEVILLE *apud* CUNNINGHAM, 2009, p. 25). É um problema inescapável, portanto, a questão sobre aceitar ou não limitações ao poder da maioria. Os liberais, de maneira geral, como se viu, toparam essas limitações, materializadas no Direito. Mas isso nunca deixou de ser um problema para a teoria política, o que evidencia que se trata de uma tensão constante.

A massificação da cultura e da moral é um problema sugerido especialmente por pensadores mais ligados a uma filosofia estética, para quem a democracia pode ter repercussões culturais indesejáveis. A ideia de fundo é a de que a maioria do povo costuma ter padrões culturais pouco exigentes. Como a classe politicamente dominante tende a formular padrões morais e culturais da sociedade, esses padrões tornar-se-iam aviltantes na democracia (CUNNINGHAM, 2009, p. 26). Essa é justamente a crítica de Ortega y Gasset (2016, p. 81), que definiu o homem da “massa” como todo aquele que não se dá valor por motivos especiais, que se sente “como todo mundo” e, no entanto, não se angustia. Como a democracia pretende dar o poder político às massas, o resultado seria uma sociedade guiada pelo padrão moral da mediocridade.

A afirmação de que a democracia é um “governo ineficaz” provém da observação de que o acesso democrático ao governo por grande número de grupos dificultou a agregação de interesses, criando barreiras para a atuação governamental mais concreta. Além disso, ainda que fossem formulados objetivos sociais comuns, a democracia impediria a habilidade dos governos de executá-los, por encorajar as pessoas a pedir demais do Estado, sobrecarregando-o economicamente (CUNNINGHAM, 2009, p. 28). De fato, se o conceito de um governo eficaz se refere àquele em que as decisões são tomadas e efetivadas rapidamente, não parece ser a democracia eficaz, já que exige procedimentos complexos e não raramente prolongados no tempo. Os democratas, de maneira

geral, relativizam esse problema afirmando que tais procedimentos possuem um valor maior, não exatamente por negarem que ele exista.

Sobre a sugestão de que a democracia promove conflitos, Cunningham (2009, p. 28-29) destaca a crítica de que a democracia exigiria, para funcionar, uma população relativamente harmoniosa. Numa sociedade conflituosa, a democracia criaria arenas para que esses conflitos se exacerbassem, sendo especialmente perigosa por incentivar discursos radicais contra uma minoria para mobilizar uma maioria. De fato, ainda que não seja o discurso oficial da democracia moderna, marcada pela busca de consensos racionais, muitos regimes totalitários ou autoritários do século XX se alimentaram pela potencialização dos conflitos proporcionada pelas arenas democráticas.

Cada um desses problemas descreve uma parcela da tensão essencial da teoria democrática do século XX. Na obra de Lippmann, não foi diferente. São tópicos que nortearam suas tentativas de explicar o funcionamento da política de seu tempo. Dada a importância dos estudos sobre os meios de comunicação em sua obra, pode-se concluir que são tópicos que também não podiam ser tomados afastados dos problemas comunicacionais.

2.3. Contexto tecnológico: comunicação de massas

Falar em comunicação de massa, nos dias de hoje, logo traz à mente a ideia de uma intensa troca de mensagens, com dados que circulam com velocidade absurda para alcançar a área de países inteiros ou até de todo o globo terrestre. No período correspondente ao final do século XIX e começo do século XX, a ideia de massificação da comunicação tinha um significado um tanto diferente. As mensagens corriam o mundo como nunca antes, é claro, mas a rota comunicacional desenhava uma rede bem menos complexa. Ao invés da considerável fragmentação atual, em que qualquer um pode comunicar ao mundo inteiro, grandes empresas ou importantes órgãos estatais dominavam a difusão de informações.

As tecnologias de comunicação do começo do século XX geravam esperança, mas também assustavam. Por um lado, pareciam instrumentos capazes de produzir facilidades à experiência humana de compartilhar informações. Por outro, eram ferramentas nas mãos de poucos, especialmente governos e grandes empresas, que levantavam suspeita sobre como usariam todo esse potencial.

Esse cenário tecnológico foi variável de elevada importância no pensamento político e comunicacional de Walter Lippmann. Suas análises mais relevantes, como aquelas sobre a formação da opinião pública e o funcionamento da democracia de massa, só fazem sentido quando se tem em mente o contexto dos meios de comunicação existentes à época e as mudanças sociais que eles provocaram. A possibilidade da comunicação de massa potencializou problemas clássicos da política, sobretudo da democracia, e criou outros.

Lippmann chegou a testemunhar a criação e o desenvolvimento da televisão, mas suas principais obras foram publicadas antes disso. A imprensa já existia há séculos, sendo um pano de fundo natural de suas reflexões. As invenções que precisam ser destacadas, portanto, são aquelas que representavam de fato algo novo, capaz de mudar a própria imprensa – seja na acepção da palavra relacionada à tecnologia de impressão em papel, seja como referência ao jornalismo como instituição social.

Essas então novas tecnologias são o telégrafo elétrico e o rádio. Compreender suas características e condições técnicas ajudará a estabelecer a relevância que tiveram na produção intelectual de Lippmann. Elas expandiram o “tamanho” do mundo, na percepção das pessoas, ao ligar grandes distâncias pela

troca de informações. Definiram novos ritmos de vida, ao reduzir o intervalo entre o envio e o recebimento de mensagens. Foram responsáveis por uma mediação entre as massas e as autoridades públicas, impondo uma nova dinâmica ao jogo político.

O TELÉGRAFO

O telégrafo elétrico inaugurou uma situação que hoje parece banal: a desvinculação entre comunicação e transporte. Antes, uma mensagem precisava ser carregada por um mensageiro, para então chegar ao seu destino; o transporte do indivíduo corria em paralelo com o próprio processo de levar a mensagem. A informação só podia viajar na mesma velocidade de um mensageiro. Com o telégrafo, um emissor e um receptor podiam se comunicar sem estar um na presença do outro, e sem que fosse necessário, também, um intermediário para encaminhar fisicamente o contato.

A etimologia da palavra telégrafo dá uma boa dica do significado, inclusive social, que a então nova invenção poderia ter: vem do grego, “*tele*”, de distante ou longe, e “*grafo*”, de escrita ou letra; ou seja, transportar a escrita para longe. Assim, qualquer comunicação à distância poderia entrar nesse conjunto semântico. O termo é usado, no entanto, para se referir ao telégrafo elétrico, tecnologia que começou a ser empregada em larga escala a partir do século XIX.

O telégrafo foi inventado por Samuel Morse, com a primeira demonstração pública em 1838, nos Estados Unidos. Servia para enviar mensagens por sinais elétricos através de um cabo. Morse contou com um subsídio dado pelo Congresso americano para construir a primeira linha telegráfica, em 1844, ligando as cidades de Washington e Baltimore. A tecnologia se difundiu rapidamente e, em 1952, os Estados Unidos já possuíam 23 mil milhas de linhas telegráficas.

Apesar de haver certa apreensão sobre a chegada do telégrafo por onde as linhas eram construídas, de maneira geral a recepção era otimista, quando não bastante entusiasmada. Para muitos, era uma promessa de unificação social de interesses, ligando as mentes humanas para pacificar as sociedades; a paz e a harmonia universais passaram a ser vistas como mais próximas do que nunca, pois se imaginava que o telégrafo podia integrar todas as nações do planeta, de modo que seria impossível que antigas hostilidades continuassem a se alimentar num quadro de comunicação tão facilitada (CZITROM, 1982, p. 10).

De fato, deixando de lado algumas expectativas que em avaliações anacrônicas podem soar ingênuas, o telégrafo parecia capaz de alcançar a essência de uma palavra corriqueira, mas de significado profundo: comunicação. Como lembra Martino (2001, p. 12-13), o termo vem do latim *communicatio*: com raiz *munis*, que significa “estar encarregado de”; o prefixo *co*, que expressa simultaneidade, reunião, trazendo a ideia de uma “atividade realizada conjuntamente”; e a terminação *tio*, que reforça a ideia de atividade. Esse significado foi usado pela primeira vez para descrever o rompimento do isolamento de monges cristãos, que se reuniam para tomar uma refeição comum (MARTINO, 2001, p. 12), ou seja, carrega a ideia de “pôr em relação”. O telégrafo, como nunca antes, apresentava-se como capaz de pôr nações inteiras em relação num intervalo de tempo jamais imaginado para isso, ou seja, tornava possível o compartilhamento da mesma atualidade por indivíduos geograficamente distantes.

Apesar de promover a já mencionada desvinculação entre a transmissão de mensagens e o transporte do mensageiro, as linhas telegráficas também encaminharam, de certa forma, a ligação material entre as cidades pelas quais passavam. Carey (2009), por exemplo, sustenta a tese de que a tecnologia do telégrafo, combinada com as ferrovias, permitiu a construção de um sistema nacional integrado de transporte e comunicação nos Estados Unidos. Não é que essas duas categorias estivessem caminhando juntas – como se viu, muito pelo contrário –, mas o desenvolvimento técnico da comunicação proporcionou um esforço também de integração pela melhoria da infraestrutura de transportes. O comércio passou a compreender a variável tempo, antes diluída no fato das limitações espaciais. A variedade de horas locais passou a ser notada, sendo convertida em tempos padronizados em várias zonas e, como a informação passou a mover-se independentemente dos objetos e mais rapidamente que eles, o movimento físico dos produtos passou a contar menos do que a capacidade de negociar ou fazer circular instrumentos negociáveis, desenvolvendo pela primeira vez a ideia de mercados de futuro, ou seja, um modelo de negociação em que os produtos são redutíveis a um valor abstrato (SUBTIL, 2014, p. 33).

O efeito de integração também foi notado conscientemente e se destacou inclusive como meta planejada de autoridades públicas. Em 1845, uma comissão do parlamento americano, relatando um projeto de lei de concessão de subsídios para

uma linha telegráfica, enfatizou a necessidade de “conhecimento universalizado” sobre o vasto território daquele país:

“Uma dúvida tem tomado muitas mentes patrióticas a respeito quão longe a intercomunicação rápida, completa e minuciosa de pensamentos e conhecimentos, tão necessária a um povo vivendo sobre uma república representativa comum, poderia ocorrer ao longo de fronteiras tão imensas. Essa dúvida não pode mais existir.” (CZITROM, 1982, p. 12, *tradução minha*).³

A rápida circulação de informações mudou também, como era de se esperar, o mundo do jornalismo. No ano de 1800, havia aproximadamente 235 jornais nos Estados Unidos. Em 1899, já eram 16 mil jornais. Na medida em que a disseminação do telégrafo fornecia o catalisador e os meios para a coleta regular e cooperativa de notícias, fornecia o suporte tecnológico da imprensa moderna, isto é, transformou o jornal, de um diário pessoal e de um órgão particular, num disseminador de notícias por excelência (CZITROM, 1982, p. 18). Assim, o jornalismo se tornaria cada vez mais influente, sendo a linguagem a partir da qual massas de cidadãos alcançariam um pano de fundo comum sobre o cenário dos assuntos públicos.

Apesar de representar uma inovação tecnológica sem precedentes e de prometer uma interligação informacional do mundo nunca antes vista, o telégrafo acabou frustrando expectativas. Alguns fatores contribuíram para que tenha havido uma concentração no acesso a essa tecnologia. Poucas companhias dominavam as linhas telegráficas, produzindo monopólios em várias regiões. Além disso, associavam-se a poucos jornais, monopolizando também a difusão de notícias. A agência americana Associated Press, uma cooperativa de jornais, chegou a montar um cartel, com a empresa telegráfica Western Union e agências europeias, controlando a publicação de notícias sobre os mais diversos assuntos de relevância pública nos Estados Unidos.

O custo de transmissão das informações também foi um fator problemático. Eram poucas empresas dominando o mercado e, com o elevado preço do serviço, não eram muitos os que tinham acesso. Enviar longas mensagens era um desafio,

³ “Doubt has been entertained by many patriotic minds how far the rapid, full, and thorough intercommunication of thought and intelligence, so necessary to the people living under a common representative republic, could be expected to take place throughout such immense bounds”.

obrigando os interlocutores a processos de codificação e decodificação, visando à economia de caracteres.

Nas décadas finais do século XIX, o monopólio da Associated Press com a Western Union atraiu críticas que reverberaram no Congresso americano e na própria imprensa. Elas apontavam que a coalizão entre as duas organizações ameaçava a liberdade, sendo especialmente perigosa para a democracia (CZITROM, 1982, p. 25-26). Na virada do século, as auspiciosas promessas do telégrafo soavam um tanto distantes. Como ressaltou Czitrom (1982, p. 29), o telégrafo se desenvolveu como um monopólio privado, e não como um recurso realmente compartilhado, não se mostrando um verdadeiro meio público de comunicação.

O RÁDIO

A invenção do rádio é atribuída ao italiano Guglielmo Marconi, apesar de representar a consolidação de descobertas anteriores. A transmissão de sinais por ondas de rádio foi apresentada por Heinrich Hertz, em 1886. Marconi estabeleceu os sinais de rádio em linha telefônica e chamou a invenção de “telégrafo sem fio”.

A primeira transmissão de voz por rádio só ocorreu em 1906, em Massachussetts, nos Estados Unidos. Inicialmente, a operacionalização era complicada, com grande dificuldade para sintonizar as estações, além dos obstáculos técnicos decorrentes da Primeira Guerra Mundial, de modo que a massificação do rádio só se tornou possível a partir de 1927.

Em 1935, 22 milhões de domicílios americanos já possuíam pelo menos um receptor de rádio, e cerca de 2,5 milhões de automóveis já estavam equipados com o aparelho. Apesar da expansão na recepção, o número de emissoras operando nos Estados Unidos não se alterou muito: pouco mais de 600 em todo o país (MOREIRA, 2011, p. 1). Esse dado indica que a tendência de monopólio da transmissão, antes vista no telégrafo, parecia não ter sido superada pelo rádio.

Um dos motivos pelos quais o rádio ganhou destaque refere-se ao seu potencial de se apresentar como alternativa ao jornal impresso para acessar as notícias. Franklin Delano Roosevelt, sabendo do viés conservador dos jornais americanos, passou a utilizar o rádio para se comunicar com o público, quando se tornou presidente e escolheu o rádio como canal de divulgação principal dos atos do

governo federal, o que mais tarde se revelou uma decisão eficiente para comunicar diretamente ao país, aumentando seu apoio popular (MOREIRA, 2011, p. 3). A facilidade de difusão de mensagens tornou-se ferramenta importante de mobilização das massas. O rádio permitia ao presidente responder instantaneamente, rebatendo qualquer acusação em relação à sua pessoa, ao seu governo ou aos seus projetos (MOREIRA, 2011, p. 4).

A relação do rádio com as massas também foi alvo de críticas. Apesar de facilitar a comunicação dos políticos com o público, algo intuitivamente interessante para a democracia, a programação das emissoras era carregada de atrações superficiais e rasas. Isso inspirou conclusões elitistas sobre a influência do rádio na população americana:

Em uma sociedade que valorizava a inteligência, o talento e o trabalho pesado como meio de crescimento pessoal e econômico, o público americano aceitava sem restrições qualquer tipo de programa que acenasse com uma chance de sucesso. Coincidentemente, a pior recessão econômica já enfrentada pelo país apenas aumentava a intensidade tanto de quem participava como de quem ouvia tais transmissões (MACDONALD apud MOREIRA, 2011, p. 7).

A frustração com o potencial democratizante do rádio também se deu pelo seu efeito na imprensa. Mesmo que inicialmente o rádio tenha sido visto como alternativa ou concorrência, para alguns jornais tornou-se interessante possuir estações de rádio, que se transformaram em negócios lucrativos. Mais uma vez, a concentração do mercado de difusão de notícias se apresentou como tendência.

3. O pragmatismo democrático: as fontes intelectuais de Lippmann

Apesar da recepção bastante heterogênea de suas obras, com os comentadores discordando em vários tópicos, e com a sua imagem sendo atribuída a várias posições distintas dos espectros intelectuais e ideológicos, um consenso consolidado é sobre o conjunto de pensadores que mais influenciaram Lippmann. Trata-se de William James, George Santayana e Graham Wallas. Por James, ele foi exposto ao pragmatismo filosófico; Santayana moderou o pragmatismo com naturalismo, ceticismo e realismo crítico; e Wallas adicionou um realismo político, bem como uma visão social reformista que influenciou profundamente o trabalho de Lippmann (JANSEN, 2012, p. 48).

As três personagens também ajudam a compreender a própria trajetória intelectual de Lippmann, estabelecendo uma correlação temporal do desenvolvimento de suas ideias. A inspiração em James produziu o jovem Lippmann, autor de textos claramente identificados com um certo otimismo em relação às potencialidades humanas, apesar de já expressar a consciência sobre a complexidade dos problemas do mundo, especialmente da democracia, como um tema recorrente do pragmatismo.

O pragmatismo, tal como esclarece Jansen (2012, p. 48), é uma filosofia pluralista, de modo que é mais preciso falar em pragmatismos, ao invés de se considerar que há uma clara unidade. Esses “pragmatismos”, resume a autora, têm como caminho em comum a afirmação de que o conhecimento é social e provisório, ou seja, sua produção é constante e com a possibilidade sempre aberta de mudança, correção e aperfeiçoamento. Assim, são duas as principais premissas: nós conhecemos o mundo através de conceitos que têm suas origens na linguagem humana, comunidade e comunicação; e nosso conhecimento é imperfeito, hesitante e aberto à correção através de experiência e experimentação. O conhecimento é produzido, construído socialmente em nossa relação com o mundo; é mediado pelos interesses humanos e seus limites de percepção. Os pragmatistas trabalham questões sobre a natureza do conhecimento, a verdade, a moralidade, o relativismo e, especialmente no caso de Lippmann, a fragilidade da democracia (JANSEN, 2012, p. 48).

Lippmann também aprendeu a humildade de James. Como um jornalista de intensa participação no debate público, sempre defendeu com firmeza suas próprias posições, mas, tal como James, permaneceu sempre aberto a mudar de ideia caso encontrasse um melhor argumento, ainda que viesse de um adversário ideológico (JANSEN, 2012, p. 50). Essa atitude diante do debate intelectual é marca do pragmatismo, considerando a base filosófica de crença na imperfeição do conhecimento, o que deve manter um pensador sempre aberto a rever seus conceitos.

A imagem histórica consolidada de Lippmann, que para o grande público é a de um pensador polêmico e controverso, capaz até de se contradizer com alguma frequência, pode ser observada pela perspectiva da humildade intelectual. Ele não se apegava a conceitos que considerava prontos, o que o permitiu mudar seus pensamentos com o passar dos anos e com a observação dos eventos relevantes de seu tempo.

A relevância de Santayana pode ser resumida por contrabalancear o idealismo e o romantismo de James com ceticismo e realismo crítico (JANSEN, 2012, p. 52). Após a Primeira Guerra Mundial, Lippmann passou a expressar visões menos esperançosas sobre a doutrina tradicional da democracia, passando a repensar sobre o papel do público e sobre a própria teoria democrática. Essa transição parece ter sido influenciada por Santayana, um pensador claramente marcado por uma visão mais crua do mundo.

De Santayana, Lippmann retirou sua concepção de natureza humana, rejeitando idealismos transcendentais para ver os homens como animais, produtos da evolução (JANSEN, 2012, p. 52). Os livros que mais são citados como a prova de que Lippmann era um pessimista, elitista e antidemocrata, apesar de poder haver exageros e uma má interpretação nessas acusações, são marcados justamente por essa concepção. Ao invés de considerar a racionalidade humana como algo transcendental, divino, ele focou nas limitações cognitivas dos homens.

Tal como Santayana, Lippmann considerava a habilidade humana de se comunicar um produto incrível da evolução. Para eles, comunicação é o que faz a vida valer a pena de ser vivida: produz racionalidade, conhecimento, verdade e torna apreciação da beleza possível. Não apenas cria a comunidade, mas também a cultura e nossas ilusões de imortalidade, ou seja, dá sentido à vida (JANSEN, 2012,

p. 53). Isso explica o fato de que a comunicação tenha sido central na obra de Lippmann em quase todos os temas sobre os quais tratou.

Se entre Santayana e James há uma certa disputa, é pacífico que o impacto de Wallas em Lippmann pode ser apontado como sua mais importante influência. Wallas era um professor universitário de Ciência Política na Universidade de Londres, e Lippmann foi seu aluno em uma turma de Wallas durante um período como professor visitante em Harvard, em 1910.

Wallas era um homem que mergulhou profundamente nos problemas políticos e sociais de seu tempo, um realista moderado com um sólido padrão moral, que demonstrou grande compaixão pelo próximo e foi apaixonadamente dedicado a resolver os problemas da democracia (JANSEN, 2012, p. 59). Lippmann se enquadra bem nessa definição. Sempre esteve preocupado com os problemas políticos e sociais, com os quais lidou diretamente como jornalista, conselheiro de políticos ou teórico político. Demonstrou bastante realismo em seus escritos, sem se deixar levar pela corrupção moral. E teve os problemas da democracia como grande tema de suas reflexões.

A principal contribuição de Wallas para o estudo da política foi sua crítica da ideia de que toda ação humana é resultado de um processo intelectual pelo qual um indivíduo pensa primeiro sobre um fim que quer atingir, e então calcula os meios pelos quais o fim pode ser alcançado (WALLAS, 1962, p. 5). Essa lógica é bastante comum em leituras sociais que têm como premissa a teoria da escolha racional, tal como na economia neoclássica, com o conceito de "*homo economicus*", ou seja, um sujeito que calcula todas as suas ações buscando racionalmente o melhor benefício possível. Wallas observou que essa ordem de pensamento é quase sempre falsa, considerando que, na verdade, as pessoas agem primeiro e depois racionalizam. (JANSEN, 2012, p. 59).

Algumas das ideias tradicionalmente atribuídas a Lippmann foram também construídas por Wallas, como suas impressões sobre a formação das opiniões políticas, incrivelmente baseadas em fontes secundárias; a observação de que longas jornadas de trabalho e a ausência em fóruns públicos para discutir ideias políticas significam que muitas pessoas comuns não participam dos assuntos públicos; a noção de que as modernas tecnologias mudaram o que e como nós conhecemos; a crítica de que a opinião pública é frequentemente invocada nas democracias sem que ninguém explique exatamente o que é essa variável; e a

preocupação sobre a necessidade de saber quais são os interesses que guiam os vieses ideológicos declarados ou sugeridos nos jornais (JANSEN, 2012, p. 60). Tudo isso está bem presente nos escritos de Lippmann, com alguns desses tópicos sendo centrais em suas principais obras.

As influências intelectuais de Lippmann também englobam de maneira especial o chamado pragmatismo democrático. Não se trata de uma teoria específica sobre a democracia, tal como se pode falar da democracia direta, da democracia liberal ou da democracia deliberativa, mas sim um conjunto de teses norteadoras da análise sobre o funcionamento de regimes democráticos.

Para o pragmatismo democrático, classicamente representado na figura de pensadores como John Dewey, a democracia é de escopo ilimitado (CUNNINGHAM, 2009, p. 172). Isso significa dizer que as relações entre o povo e os líderes governamentais de modo algum exaurem a democracia. Ela seria apropriada para todos os modos de associação humana, tais como a família, a escola, a indústria, a religião, ou qualquer outro local de interações entre as pessoas que as afetem mutuamente.

Para Dewey, um grupo que funciona de forma democrática deve ser valorado especialmente pela liberação do desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos nele (DEWEY *apud* CUNNINGHAM, 2009, p. 171). Assim, a democracia ganha um certo teor pedagógico, com sua prática sendo capaz de desenvolver as capacidades humanas.

Essa ideia é viva no pensamento de Lippmann, mas toma contornos menos esperançosos com o passar do tempo. O jovem Lippmann chega a ver a democracia como um valor a ser cultivado, o que exigiria a prática cotidiana para aperfeiçoar nosso apreço pela democracia. Mas, mais tarde, ele passou a contestar essa ideia, entendendo que acreditar no incremento da prática democrática para resolver as falhas do público é uma ação inócua, já que os cidadãos, se convidados a expressar suas opiniões mais frequentemente, não aperfeiçoam a opinião pública, mas apenas se veem ainda mais desnorteados (LIPPMANN, 1925, p. 27).

O pragmatismo também vê a democracia como sensível ao contexto (CUNNINGHAM, 2009, p. 172). Isso significa que os modos para realizar progresso democrático ou inibir seu regresso depende de circunstâncias (sociais, econômicas, culturais, etc.) dentro das quais isso é importante. Como essas circunstâncias variam, também devem variar as instituições e práticas democráticas.

Em Lippmann, essa noção está presente na percepção de que o mundo é reduzido às suas condições materiais. A variação nessas condições promove uma variação nas estruturas sociais. Ele entende ser possível afirmar a existência de uma natureza humana, com seus potenciais e limitações, mas sempre enxerga os aspectos sociais como a relação entre essa natureza e as condições materiais que a própria capacidade humana foi capaz de criar.

A democracia, para os pragmáticos, é uma questão de grau. Sob esse ponto de vista, a democracia é um ideal no sentido de ser um modelo por referência ao qual práticas e instituições alternativas (imperfeitas) que aperfeiçoam a democracia podem ser identificadas. O ponto metodológico essencial aqui é que, em vez de olhar a democracia como uma qualidade que um local social tem ou não tem, pode-se focar em “povos” para perguntar quão democráticos eles são, quão democráticos eles poderiam (ou deveriam) ser e como a democracia entre eles pode ser aperfeiçoada (CUNNINGHAM, 2009, p. 173). É uma visão realista, que não coloca um modelo democrático num pedestal e depois parte para o mundo real verificando se confere ou não com o modelo. Na verdade, trabalha os valores democráticos numa escala, com a compreensão de que a efetivação da democracia exige esforços de alcançar níveis maiores de democracia associados a aprendizados sociais contínuos.

Isso é bastante evidente em Lippmann. A semente de sua crítica à doutrina tradicional da democracia está no reconhecimento de que não se pode estabelecer um ideal demasiadamente abstrato, de modo que se torne completamente afastado das condições reais da sociedade. A democracia, em sua avaliação, precisa lidar com desafios reais que a permitem ou não realizar seus valores fundamentalmente estruturados.

Por fim, o pragmatismo vê a democracia como essencialmente problemática. Um aspecto básico do pragmatismo é que as questões humanas são mais bem vistas como processos de resolução de problemas, que, no entanto, são sem fim porque cada solução cria novos problemas (CUNNINGHAM, 2009, pp. 173-174). Para a teoria democrática, isso significa compreender a democracia como um modelo que se considera o melhor, mas sem deixar de reconhecer que possui problemas. Esses problemas, no entanto, podem ser corrigidos, a partir do aprendizado conferido pela prática democrática ou pela reflexão teórica.

O realismo de Lippmann sobre a democracia é bastante semelhante. Ele ficou conhecido como um antidemocrata justamente por dar atenção especial aos problemas da democracia, ao ponto de ser confundido com um crítico dos valores democráticos. No fim das contas, isso foi o resultado de uma postura esforçada em evitar análises ingênuas, mantendo sempre presente um tom crítico e problematizador.

4. As visões de Lippmann sobre democracia, opinião pública e imprensa

Qualquer apresentação da obra de Walter Lippmann precisa, antes de qualquer coisa, esclarecer qual é o recorte que se está oferecendo. Ele publicou 27 livros e mais de 7 mil textos em jornais impressos e revistas. Era um pensador versátil, capaz de feitos acadêmicos ou reflexões filosóficas, mas também de caminhar pela atividade profissional de jornalista ou transitar nos bastidores do mais alto nível decisório da política de seu país.

Dos livros de Lippmann, treze reuniram coletâneas de suas colunas de jornal ou artigos de revista. Outros seis focaram em política externa. Este trabalho traz uma análise que focou nos restantes, nos quais o autor discorreu principalmente sobre alguns tópicos ligados à teoria política e às reflexões sobre meios de comunicação de massa. Os principais temas trabalhados envolvem o funcionamento da democracia, sobretudo a partir dos então recentes desafios que esse sistema político passou a ter de enfrentar, como a entrada das massas no jogo político e a complexa relação entre imprensa e opinião pública.

Um dos motivos pelos quais o nome de Lippmann passou a ser ligado a um personagem polêmico e controverso refere-se ao seu desenvolvimento intelectual ao longo dos anos. O período do início da notoriedade de sua carreira, quando era ainda bem jovem, costuma ser apontado como um tempo em que ele era um socialista, com um pensamento progressista, bastante diferente da visão que mais tarde se cristalizou, de que se tratava de um conservador elitista.

De fato, o pensamento de Lippmann sobre a imprensa e a opinião pública variou consideravelmente ao longo de sua carreira, muitas vezes em função de ele ter testemunhado eventos críticos relacionados a esses temas. Suas visões sobre a imprensa e a opinião pública alternaram entre momentos de idealismo, pessimismo e realismo. Isso não significa, no entanto, que houve uma grande virada intelectual, já que de maneira geral a essência de sua perspectiva se manteve, sendo interessante observar as nuances entre esses momentos distintos.

Em *A Preface to Politics*, publicado em 1913, o “jovem Lippmann” apresenta uma visão mais próxima do idealismo democrático, demonstrando reconhecer virtudes nas manifestações da opinião pública. Alguns traços de que essa visão não era tão otimista já apareciam, mas como uma preferência pessoal, incapazes de

contaminar seu entusiasmo democrático. Os democratas, ele destaca, incluindo-se, não precisam acreditar que o povo estará sempre necessariamente correto, de modo que alguns podem pertencer ao conjunto dos defensores da democracia mesmo que estejam sempre na minoria (LIPPMANN, 2014, p. 37). Esse raciocínio indica que ele já se via como um sujeito diferenciado, acima da média num mundo em que as massas ganhavam poder e promoviam seus estilos intelectualmente pouco profundos, mas disposto a aceitar a vontade da maioria como um princípio a ser valorizado para além do indivíduo.

A sofisticação intelectual de Lippmann, presente desde a sua juventude, não produziu uma arrogância na avaliação da democracia. Ele não defendia que classes superiores devessem guiar a sociedade, tal como no clássico modelo político platônico do governo dos reis filósofos. Manteve firme a crença na democracia como regime superior dentro das possibilidades humanas.

Seguindo essa lógica, Lippmann se aproximou de ideias que mais tarde seriam consagradas pelo pragmatismo de John Dewey, apontado décadas depois como seu rival intelectual e ideológico, sobretudo no que diz respeito ao potencial da educação de corrigir os eventuais problemas da democracia. Para governar uma democracia, segundo ele, deve-se educá-la (LIPPMANN, 2014, p. 37). Essa ideia alcançou tal dimensão que Lippmann chegou a afirmar que as partes dos Estados Unidos em que haviam cabines de votação, mas não escolas, não podiam ser consideradas democracias (LIPPMANN, 2014, p. 91).

Lippmann via, portanto, um valor essencial na opinião pública, com a possibilidade de se apresentar como esclarecida, se assim fosse determinada pelos impulsos humanos (LIPPMANN, 2014, p. 46). Isso significa que, nesse momento, era forte sua esperança na possibilidade da liberdade humana guiar os caminhos da sociedade, bem como sua crença nos efeitos positivos das boas escolhas. A efetivação da democracia dependia, segundo essa compreensão, de um processo progressivo de aprendizado social, o que ele entendia como claramente possível no processo evolutivo da humanidade.

Considerando que a opinião pública é um importante componente do sistema democrático, deveria o governo ser responsivo a ela. Para Lippmann, isso tem não apenas um valor de princípio, mas um aspecto funcional: a expressão da opinião pública é uma pista para o governo sobre que serviços são necessários e um teste sobre o sucesso das políticas públicas; isso manteria os processos políticos

arejados e lembraria os políticos do motivo pelo qual existem (LIPPMANN, 2014, p. 90). Não se pode deixar de notar que esse conceito continua atual, com a teoria democrática ressaltando a importância das manifestações da sociedade civil para aperfeiçoar a eficiência da governança em países democráticos. É uma percepção de que a opinião pública expressava os verdadeiros anseios de uma população, devendo ser ouvida pelos que fossem incumbidos da função de governar numa democracia.

O momento idealista não impediu Lippmann de enxergar a natureza humana como não totalmente racional. Ele reconheceu o ímpeto das paixões como um componente legítimo da opinião pública, chegando a afirmar que ignorar os desejos humanos significa ignorar a fonte de seus poderes, colocando em risco a efetividade de qualquer lei artificialmente imposta (LIPPMANN, 2014, p. 70). Destacou que a única coisa que um democrata não pode assumir é que o povo seja composto apenas de boas almas, totalmente competentes para qualquer tarefa (LIPPMANN, 2014, p. 90-91). Ele era, portanto, um idealista, mas já tinha uma visão realista sobre a natureza humana. Esforçava-se, no fim das contas, para focar no potencial humano de aperfeiçoar seus conhecimentos.

Essa natureza humana eivada de vícios não inspirou a recomendação de um controle estatal para ser mitigada. Lippmann até admitiu a censura como ferramenta aceitável sob determinadas condições extremas (envolvendo questões estratégicas numa guerra, por exemplo), mas lembrou que esse instrumento costuma gerar mais problemas do que soluções. Para ele, combater discursos incômodos com censura produz uma vantagem moral para os censurados: “Nós privamos os anarquistas da liberdade de expressão pela mão pesada de um agente de polícia e fornecemos a eles um argumento prático, em vez de teórico, contra o governo”⁴ (LIPPMANN, 2014, p. 15). Nesse período, portanto, seu conjunto de valores, com a democracia e a liberdade como objetivos centrais, estava marcado por uma disposição positiva diante da relação entre imprensa e opinião pública e a importância desses atores para um governo com fundamento popular.

O domínio estatal sobre a difusão de informações para controlar as massas, portanto, não era bem visto por Lippmann. A crítica a esse quadro aparece em obras

⁴ “We deprive anarchists of free speech by the heavy hand of a police magistrate, and furnish them with practical instead of theoretical argument against government”.

posteriores, mas desde então se pode notar que ele enxergava a censura e a propaganda como algo a ser combatido.

Em *Drift and Mastery [1914]*, obra que ainda compõe sua fase mais progressista, em sua juventude, Lippmann já começa a se aprofundar sobre os problemas da democracia. Numa crítica ainda pouco desenvolvida, alerta para os riscos do crescente poder da opinião pública na democracia de massas. O público, ele anunciava, é capaz de oprimir, de modo que poderia haver uma tirania da maioria para a qual as minorias deveriam se preparar (LIPPMANN, 1985, p. 55). Essa não é uma crítica rara. Não é, também, uma denúncia que joga um autor, por si só, num campo de pensamento antidemocrático. Na verdade, aponta uma tensão constante na democracia, com a qual os próprios democratas têm de lidar, se quiserem ser honestos intelectualmente, e esteve presente na teoria e na filosofia políticas desde a Antiguidade, ganhando novas formas com o liberalismo moderno e tornando-se cada vez mais relevante no século XX, com o avanço das massas sobre o jogo político.

O problema que se desenhava parecia, para Lippmann, ter duas raízes. De um lado, a imprensa trabalhava mal, produzindo frequentemente um conteúdo ruim. De outro, faltava ao público as habilidades essenciais para discernir sobre o que seria importante e relevante nas notícias (LIPPMANN, 2014, p. 24). Nesse momento, sua crítica parecia pontual, focada em falhas que poderiam ser corrigidas, dependendo da boa vontade para tal. Essa percepção mudaria após a Primeira Guerra Mundial, depois que a problemática e confusa cobertura jornalística dos eventos mundiais fez com que os bons sentimentos sobre a imprensa e a opinião pública passassem a soar insustentáveis.

Antes da guerra, Lippmann pensava que um público desinformado prejudicava o funcionamento da democracia, ou seja, o problema estava na ausência de informações sobre o que seria relevante; no pós-guerra, ele focou nos riscos de um público mal informado, ou seja, com informações distorcidas. Nesse sentido, acusou a imprensa de distorcer propositalmente os fatos e promover seus próprios pontos de vista, denunciando que o trabalho dos repórteres passou a se confundir com a prática de pregadores, profetas e agitadores. Segundo ele, a teoria corrente na imprensa americana era a de que uma “abstração” como a verdade e uma “elegância” como a justiça devem ser sacrificadas sempre que se considerar que as necessidades da civilização exigem tal sacrifício (LIPPMANN, 2007, p.

4). Dessa forma, a imprensa se sentiria orgulhosa de pensar pelo público, entendendo-se a única capaz de saber como pensar por ele; apenas guiado pela imprensa o público poderia saber o que é bom para si mesmo (LIPPMANN, 2007, p. 4), o que significava, para ele, uma completa perversão da lógica democrática.

A compreensão sobre a formação da opinião pública é importante, para Lippmann, sobretudo porque essa “entidade” é um dos atores decisivos em governos democráticos:

É claro que em uma sociedade em que a opinião pública se tornou decisiva, nada que conta na formação dessa opinião pode ser realmente uma questão irrelevante. Quando digo “pode ser”, estou falando literalmente. O que os homens acreditam sobre propriedade, governo, recrutamento militar, tributação, origens da guerra constituem a diferença entre a vida e a morte, prosperidade e pobreza, e isso nunca será tolerado na Terra como algo irrelevante⁵. (LIPPMANN, 2007, p. 21)

Sendo assim, o acesso do público à verdade, proporcionado por uma imprensa de qualidade, torna-se uma questão fundamental, central em sua obra *Liberty and the News* [1920]. Nesse livro, ele começa a esboçar um pensamento que reaparece em outras publicações posteriores: o de que o mundo é complexo demais para ser entendido pela maioria dos homens. O mundo sobre o qual cada homem supõe ter opiniões, afirma ele, tornou-se complicado demais, a ponto de desafiar a própria capacidade humana de compreensão (LIPPMANN, 2007, p. 22). As limitações cognitivas começam a aparecer, em suas reflexões, como problemas com os quais a democracia precisa lidar, especialmente num cenário em que cada vez mais as massas são convidadas a dar os rumos da sociedade.

Segundo Lippmann, como as populações deixaram de viver em pequenas comunidades para habitar grandes cidades, como os departamentos de governo se multiplicaram, como a nação se tornou incrivelmente envolvida em relações exteriores, tornou-se decididamente difícil acompanhar tudo que estava acontecendo em nível local, estadual e nacional (LIPPMANN, 2007, p. 31). A distância entre a

⁵ “It is clear that in a society where public opinion has become decisive, nothing that counts in the formation of it can really be a matter of indifference. When I say ‘can be’, I am speaking literally. What men believe about property, government, conscription, taxation, the origins of the late war, constitutes the difference between life and death, prosperity and misfortune, and it will never on this Earth be tolerated as indifferent.”

vida cotidiana dos cidadãos comuns e os eventos públicos aparece também, portanto, como mais um desafio cognitivo: as notícias frequentemente vêm de longe, com narrativas confusas, questões difíceis de se entender, e são recebidas por pessoas ocupadas e cansadas por suas próprias rotinas (LIPPMANN, 2007, p. 23).

Lippmann também fez apontamentos sobre o mau trabalho dos jornalistas, o que, segundo ele, tem consequências sociais dramáticas. As falhas da imprensa, ele avaliou, não são meros equívocos, mas um perigo extremo que ameaça um governo popular, já que as notícias são a principal fonte da opinião pela qual um governo com essa qualidade toma suas decisões. Assim, a mais destrutiva forma de inverdade seriam os sofismas e a propaganda de quem tem por profissão transmitir notícias, de modo que, quando essa categoria opta por reportar apenas o que acha conveniente, a democracia torna-se impraticável (LIPPMANN, 2007, p. 5-6). Afirmações como essa evidenciam o valor que Lippmann dava à imprensa, enxergando-a como peça central para a possibilidade de funcionamento da democracia.

Apesar de seu apreço pela liberdade de expressão, Lippmann chegou a considerar necessária alguma regulação para tornar a imprensa mais responsável:

“Se minto num processo judicial envolvendo o destino da vaca de meu vizinho, posso ser preso. Mas se minto a milhões de leitores em um assunto envolvendo guerra e paz, posso mentir e, se escolher a série certa de mentiras, ser totalmente irresponsável.”⁶ (LIPPMANN, 2007, p. 23-24).

Essa necessidade se justificaria pelas graves consequências de uma opinião pública manipulada. Para Lippmann, sem proteção contra a propaganda e sem padrões de comprovação de fatos, a substância de toda decisão popular está exposta a prejuízos e exploração indevida (LIPPMANN, 2007, p. 37). Assim, um público mal informado fica mais vulnerável à propaganda, o que também mina as bases da democracia. Sem uma opinião pública legítima, ele reforça, a democracia acaba degenerada, motivo pelo qual a opinião pública precisa estar sustentada em verdades, e não em *slogans* patrióticos ou chavões políticos (LIPPMANN, 2007, p. 59).

⁶ “If I lie in a lawsuit involving the fate of my neighbor’s cow, I can go to jail. But if I lie to a million readers in a matter involving war and peace, I can lie my head off, and, if I choose the right series of lies, be entirely irresponsible”

Mesmo criticando a imprensa, Lippmann reconheceu, em outro texto do mesmo ano, *A Test of the News* [1920], que o acesso às notícias é crucial para que exista uma opinião pública relevante (LIPPMANN e MERZ, 1920, p. 1). Nessa curta publicação, Lippmann e Charles Merz analisaram a cobertura do *New York Times* sobre a Revolução Russa. Acharam muitos erros nos relatos do jornal, até concluírem incisivamente que as notícias erraram sobre todas as questões essenciais relatadas. Considerando a necessidade de acesso e a baixa qualidade do jornalismo praticado, eles destacaram que a questão sobre como desenvolver uma imprensa adequada talvez seja o mais importante problema da democracia moderna.

No fim das contas, não havia ainda chegado a fase mais pessimista de Lippmann sobre a possibilidade de ação democrática da opinião pública. Ele continuava acreditando que a educação é uma solução possível. Negar isso, diz ele, é afirmar que as massas de homens são impermeáveis à educação, o que significa negar a própria premissa da democracia (LIPPMANN, 2007, p. 58). As limitações cognitivas e as barreiras técnicas (como a distância), além das falhas da imprensa, não seriam intransponíveis, portanto. Seguindo a lógica de alguns dos pensadores que mais sacralizam o sistema democrático, Lippmann apresentou novamente a educação como remédio.

Public Opinion [1922] talvez seja a obra-prima de Lippmann. É seu livro mais famoso, reconhecido por abordar temas sobre como nós pensamos, como a democracia e como a imprensa funcionam, o que são as bases para compreender o processo de formação da opinião pública em sociedades democráticas. É nesse texto que ele traz o conceito de “estereótipo”, como uma operação mental que realizamos para simplificar o mundo, ajudando-nos a dar sentido a tudo aquilo de que tomamos conhecimento.

Lippmann parece estar mais realista, tendo abandonado algumas noções idealistas sobre a relação entre imprensa e opinião pública e substituído concepções ingênuas por conceitos funcionais de democracia. Ele foca em analisar os aspectos psicológicos da formação da opinião, aproximando-se de estudos sobre vieses cognitivos. Se antes via a possibilidade de a educação funcionar como um remédio capaz de concretizar as expectativas ideais de uma opinião pública atuante, agora partia de premissas que evitavam alimentar esperanças: na vida real, afirma, ninguém age com base na ideia de que pode haver uma opinião pública sobre

qualquer questão pública (LIPPMANN, 2010, p. 213). É um ponto de vista que, antes de entrar nas questões sobre o papel da opinião pública nos assuntos políticos, assume que ela é inevitavelmente limitada.

Assim, para Lippmann (2010, pp. 163-164), tal como Aristóteles teve que insistir que os escravos eram escravos por natureza, os democratas tiveram que insistir que homens livres são legisladores e administradores por natureza. Os democratas modernos, então, insistiram que uma capacidade de decidir corretamente emerge espontaneamente das massas de homens. Ignoraram que isso era claramente uma ficção, que aproxima seus partidários de se enganar sobre as limitações da opinião pública.

A opinião pública seria limitada inicialmente pela incapacidade humana de acompanhar tudo de importante que acontece no mundo. Lippmann lembra que o conjunto do que pode ser tema para a opinião pública nos exigiria não só imaginar mais espaço do que nossos olhos podem ver, mais tempo do que podemos sentir, mas também exigiria que fossemos capazes de descrever e julgar mais pessoas, mais ações, mais coisas do que poderíamos jamais contar, ou mesmo vividamente imaginar (LIPPMANN, 2010, p. 84).

A crença antiga, de que notícias objetivas, livres de distorções e propaganda, levariam a uma opinião pública racional, foi abandonada. Por tabela, Lippmann também abandonou a ideia de que essas notícias só não tinham essas qualidades por má vontade da imprensa. A guerra mostrou a ele que a complexidade dos eventos do mundo é suficiente para impedir os repórteres de relatar os fatos de forma precisa, de modo que o público entre em contato com a realidade. Na verdade, até mesmo os repórteres têm uma perspectiva enviesada dos fatos, já que no mínimo seriam contaminados por subjetividades. Se antes havia criticado o *New York Times* pela cobertura da Revolução Russa, agora parecia fazer a concessão de que é realmente trabalhoso relatar um evento tão complicado e à distância, reconhecendo que a coisa mais difícil de reportar é o caos (LIPPMANN, 2010, p. 192).

As falhas da imprensa foram diagnosticadas por Lippmann pela consideração das rotinas de produção de notícias. É evidente, segundo ele, que nem todos os repórteres do mundo, trabalhando todas as horas do dia, seriam capazes de apurar todos os acontecimentos do mundo (LIPPMANN, 2010, p. 183). Nessa perspectiva, os instrumentos que supostamente tornam o jornalismo ruim seriam, na verdade, os

que tornam o jornalismo possível: sem padronização, sem estereótipos, sem juízos apressados, sem desconsiderar algumas sutilezas, o trabalho do editor se tornaria insuportável (LIPPMANN, 2010, p. 191). Nas teorias da comunicação, uma visão semelhante seria desenvolvida mais tarde por outros autores, na corrente do *Newsmaking*, segundo a qual as notícias são como são por conta das rotinas industriais de produção que lhe são impostas.

Lippmann chegou a dizer que há “limitações naturais” às notícias. Segundo ele, se os jornais, então, carregarem-se com a tarefa de traduzir toda a vida pública da humanidade, para que cada adulto possa chegar a uma opinião sobre cada tópico discutível, então eles falharão, estarão fadados a falhar, e em qualquer futuro seria possível dizer que eles continuarão a falhar (LIPPMANN, 2010, p. 196). Esse pensamento expressa uma resignação com os erros da imprensa, diferentemente de suas visões anteriores, em que, por esperar algo positivo, frustrava-se pelos vícios do jornalismo. Apesar de isso soar como uma afirmação pessimista, é, na verdade, realista, condenando expectativas que vão além do que é possível:

Inconscientemente, a teoria configura o leitor individual como teoricamente onipotente, e coloca sobre a imprensa o fardo de alcançar o que todas os governos representativos, organizações industriais e a diplomacia falharam em conseguir. Atuando sobre as pessoas por trinta minutos a cada vinte e quatro horas, a imprensa é cobrada pela criação de uma força mística chamada Opinião Pública, que preencherá as lacunas das instituições públicas⁷ (LIPPMANN, 2010, p. 196).

Além das limitações naturais, os veículos de imprensa sofriam, segundo Lippmann, pela necessidade de, como qualquer empresa, gerar lucro. Essa imposição fazia com que os jornais tivessem que carregar seus textos por critérios que funcionassem bem para atrair a atenção dos leitores, elevando o nível das vendas. Isso, obviamente, significa simplificar a linguagem, mas, também, reduzir a qualidade das notícias ou floreá-las com sensacionalismo, por exemplo. Lippmann ironiza a hipocrisia do público, que, para ele, espera que os jornais tragam a verdade ainda que ela não seja lucrativa e, para essa difícil e por vezes perigosa tarefa, que

⁷ "Unconsciously the theory sets up the single reader as theoretically omniscient, and puts upon the press the burden of accomplishing whatever representative government, industrial organization, and diplomacy have failed to accomplish. Acting upon everybody for thirty minutes in twenty-four hours, the press is asked to create a mystical force called Public Opinion that will take up the slack in public institutions"

reconhece ser fundamental, espera pagar o mínimo possível. Os cidadãos, ele continua, aceitam pagar por telefone, por viagens de trem, por automóveis, por entretenimento, etc., mas não querem pagar para receber notícias (LIPPMANN, 2010, p. 175-176). Não é difícil enxergar esse problema, considerando que ainda hoje um dos grandes desafios dos jornais é ter uma operação financeiramente sustentável.

O realismo desse período merece ser destacado sobretudo porque é a base da teoria democrática classicamente associada ao pensamento de Lippmann. Sua visão da democracia é marcada pela acusação de que os modelos mais comuns de sistemas democráticos ignoram aspectos intrínsecos à natureza humana, o que aconteceria porque a Ciência Política foca apenas em desenhos de instituições. Para ele, a democracia em sua forma original jamais encarou seriamente o problema que emerge pelo fato de que as imagens em nossas cabeças não correspondem automaticamente ao mundo externo (LIPPMANN, 2010, p. 22).

Para Lippmann, falta senso de realidade à teoria democrática. Ele chegou a usar o termo “teoria idílica”, afirmando que esse modelo não se realizou nunca em nenhum lugar (LIPPMANN, 2010, p. 127). É nesse ponto que seu pensamento se aproxima do chamado elitismo democrático, presente em críticas de diversos autores e que talvez tenha em Joseph Schumpeter seu maior representante.

Na vida real, diz Lippmann, os “Muitos” podem eleger depois que os “Poucos”¹ se candidatam (LIPPMANN, 2010, p. 130). Esse é um esboço de sua famosa teoria sobre a divisão entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que apenas participam para apoiar ou rejeitar essas decisões.

Dentro desses “Muitos”, que são os cidadãos sem poder suficiente para governar diretamente, mas que podem votar nos que governarão, Lippmann distingue, ainda, dois tipos de eleitores. Há o homem que não sabe e sabe que não sabe, ou seja, uma pessoa, nesse sentido, esclarecida. E há o segundo tipo, condenado por Lippmann, que, a despeito da falta de capacidade e conhecimento, insiste em exercer seus direitos na urna (LIPPMANN, 2010, p. 168). A democracia, portanto, em sua visão, não é ruim por si só, mas pode ser corrompida se as condições reais impuserem que indivíduos desinformados acabem por ser os motores do sistema.

Assim, Lippmann parece sugerir que a desinformação, inclusive quando consciente e proposital, não é necessariamente condenável, mas apenas quando os

desinformados proclamam o direito de influir nas decisões públicas sem o dever de se preparar para tal. Em *The Phantom Public* [1925], essa conclusão lógica é aprofundada, com Lippmann repensando o papel do público na democracia, entendendo que é algo limitado: “O público precisa ser colocado em seu lugar, para que possa exercer seus próprios poderes, mas não menos e talvez mais, para que cada um de nós possa viver livre do atropelo de um rebanho desnortado”⁸ (LIPPMANN, 2009, p. 145). No mesmo sentido, numa frase clássica, Lippmann usa a metáfora do teatro para dizer que o público chega no meio do terceiro ato e vai embora antes do fechamento da última cortina, ficando presente apenas o suficiente para talvez decidir quem é o herói e quem é o vilão da peça (LIPPMANN, 2009, p. 55).

Aproximando-se ainda mais de ideias que aumentariam sua fama de elitista, em *The Phantom Public*, Lippmann coloca em xeque a própria regra da maioria, duvidando de sua suposta essência democrática. Para ele, é forçada a tentativa de atribuir alguma virtude moral ou intelectual à regra da maioria. A ideia de que “a voz do povo é a voz de Deus” seria apenas uma transferência da soberania divina antes associada aos reis, de modo que seria inerentemente absurdo atribuir sabedoria ao conceito de maioria, com a ideia de que essa seria uma qualidade de um conjunto de 51% de qualquer agrupamento humano. A justificativa da regra da maioria, assim, não se basearia em nenhuma superioridade ética, mas seria, na verdade, meramente prática, servindo como instrumento capaz de pacificar conflitos sociais e evitar o uso da violência para resolver impasses (LIPPMANN, 2009, pp. 47-51). Sua conclusão apresenta níveis extremos de sinceridade e resignação:

Nós precisamos abandonar a noção de que o governo democrático pode ser a direta expressão da vontade do povo. Precisamos abandonar a noção de que o povo governa. Em vez disso, precisamos adotar a teoria de que, por suas eventuais mobilizações como maioria, o povo apoia ou se opõe a indivíduos que realmente governam. Precisamos dizer que a vontade popular não direciona de maneira contínua, mas sim intervém de ocasionalmente.⁹ (LIPPMANN, 2009, pp. 51-51)

⁸ “The public must be put in your place, so that it may exercise its own powers, but no less and perhaps more, so that each of us may live free of the trampling on the roar of a bewildered herd”

⁹ “We must abandon the notion that democratic government can be the direct expression of the will of the people. We must abandon the notion that the people govern. Instead we must adopt the theory that, by their occasional mobilizations as a majority, people support or oppose the individuals who

Essa forma de pensar o aproximou bastante da concepção liberal de democracia limitada pelo Direito. A regra da maioria, apesar de importante proceduralmente – para evitar a violência na resolução das discordâncias, como ele afirmou –, não deve ser vista como a alma dos regimes democráticos. Tal como no constitucionalismo liberal, o mais importante da democracia seria o estabelecimento de um critério legitimador da política que limita o poder para garantir as liberdades.

Portanto, Lippmann não questionava o valor da democracia. Sua crítica se dirige à doutrina tradicional de democracia direta, cuja crença na vontade popular afirma a possibilidade de que um povo sempre seja capaz de guiar os rumos de um governo. Nesse sentido, reforçou o realismo diante da impossibilidade de concretização do antigo ideal de democracia. Para ele, tratava-se de um falso ideal. Não um ideal indesejável, mas sim inatingível. Algo ruim “apenas no sentido de que é ruim para um homem gordo tentar ser um dançarino de balé” (LIPPMANN, 2009, p. 29). Não se tratava, para ele, de um debate sobre o que é idealmente melhor, mas de assumir uma postura sobre o que é possível para realizar ao máximo os valores democráticos, tal como na crença do pragmatismo democrático em uma escala de mais ou menos democrático, de acordo com determinados contextos e práticas.

A educação, antes vista por Lippmann como remédio para as incapacidades das massas de governar, também acabou sendo desacreditada. Diante dos problemas reais da formação da opinião pública, ele apontou a educação não como algo ruim, mas sim como uma ferramenta que não corrigiria os problemas. Uma de suas mais explosivas afirmações desse período foi a de que o público é um mero fantasma, uma abstração (LIPPMANN, 2009, p. 67). Assim, ainda que os cidadãos se eduquem, se preparem para os assuntos públicos, a própria estrutura a partir da qual a opinião pública emerge colocaria barreiras à efetiva participação do público.

Isso seria assim, segundo Lippmann, pela distinção inevitável entre *insiders* e *outsiders*. Exercer o poder não seria uma questão de se preparar para ele ou não, mas de estar em posição de compreender as variáveis que afetam as decisões políticas:

actually govern. We must say that the popular will does not direct continuously but that it intervenes occasionally.

Apenas os *insiders* podem tomar decisões, não porque eles são inerentemente melhores homens, mas porque estão numa posição em que podem entender para agir. O outsider é necessariamente ignorante, comumente irrelevante e frequentemente intrometido, porque está tentando navegar o navio em terra firme.¹⁰ (LIPPMANN, 2009, p. 140).

A grande questão da democracia, assim, seriam os processos de escolha dos representantes. Segundo Lippmann, o governo, nos longos intervalos entre disputas eleitorais, é carregado por políticos, autoridades públicas e homens influentes, bem distantes, no cotidiano dos assuntos governamentais, da grande massa de eleitores (LIPPMANN, 2009, p. 31).

Esse distanciamento acabava por impor uma situação em que educar os cidadãos não permitiria esperar que o resultado fossem massas preparadas para influenciar diretamente as decisões sobre os assuntos públicos. As limitações permaneceriam existindo, considerando que só quem está em posição de tomar decisões pode efetivamente verificar as variáveis a serem consideradas para decidir bem.

Esse parece ser o quadro mais realista encontrado nas obras de Lippmann. Ele parecia ver as massas e, por conseguinte, o público, reunindo todas as limitações humanas de conhecimento: distanciamento dos problemas, acesso às informações prejudicado, restrições cognitivas e uma imprensa incapaz de relatar com qualidade os eventos que poderiam despertar o interesse público.

¹⁰ “Only insiders can make decisions, not because he is inherently a better man but because he is so placed that he can understand and can act. The outsider is necessarily ignorant, usually irrelevant and often meddling, because he is trying to navigate the ship from dry land”.

5. O papel das tecnologias da comunicação na obra de Lippmann

No debate teórico da Comunicação, há dois extremos quando se coloca o problema dos efeitos das tecnologias no comportamento humano. Num deles, as tecnologias são vistas apenas como instrumentos. No outro, como estruturantes da composição da sociedade; uma visão, portanto, determinista sobre a influência tecnológica na experiência humana. Nesta dissertação, o objetivo era analisar o trabalho de Lippmann através da lente dessa segunda perspectiva.

A ideia de que os meios são estruturantes do mundo social também ficou conhecida no mundo acadêmico pelo nome de Teoria dos Meios, reunindo uma acumulação de conhecimento teórico considerável. Ela será utilizada aqui não para vincular Lippmann, de maneira anacrônica a essa corrente, o que seria uma imprecisão conceitual, e sim para permitir uma nova abordagem sobre o autor. É essa corrente teórica, sobretudo em seu desenvolvimento ao longo do pensamento comunicacional canadense, que mais bem coloca ideia de que a tecnologia molda as estruturas sociais, como na célebre frase de John Culkin: “Nós criamos nossas ferramentas e então elas nos recriam”¹¹. A frase ilustra uma teoria que, de maneira única, analisa os efeitos dos meios como fortes e diretos, determinantes, portanto. Por esse viés, pode permitir a semântica para uma compreensão original de Lippmann.

Lippmann não se encaixa contextualmente nessa corrente teórica, mas alguns traços de seus estudos podem ser lidos a partir dela. No entanto, sua visão sobre os meios, ou sobre as tecnologias, de maneira específica, direta e não meramente instrumental, foi pouco discutida. Boa parte dos comentaristas interpretam que, em sua obra, os meios como ferramentas à disposição das elites. A instrumentalidade acaba por anular a centralidade, tornando-se fundamental a questão proposta por Martino (2008, p. 139): “em que medida o campo e o próprio conceito de comunicação podem se afastar da centralidade dos meios de comunicação sem perder consistência?”. A pergunta sugere que uma das formas de aferir, objetivamente, se um autor pode ser visto como um teórico do campo da

¹¹ Publicada na Saturday Review, em 18 de março de 1967, a frase original é “*We shape our tools and thereafter they shape us*”.

comunicação é pelo mapeamento da relevância dos meios de comunicação em suas formulações.

Nesse sentido, uma leitura atenta da obra de Lippmann mostra que o autor não via apenas uma instrumentalidade dos meios, mas eventualmente um caráter determinista, ainda que não integralmente, deles, de modo que não se pode manipular suas potencialidades de maneira totalmente racional e consciente. Eles teriam uma capacidade de afetar os sujeitos num plano inconsciente, como na versão de McLuhan (1974), segundo a qual os efeitos da tecnologia não ocorrem no nível das opiniões ou dos conceitos, mas se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas da percepção, sem que possa haver resistência.

O papel das tecnologias de comunicação na obra de Lippmann aparece de maneira decisiva, ainda que muitas vezes implicitamente, em boa parte dos aspectos que ele observa na formação da opinião pública e no funcionamento da imprensa, dois temas que compõem o núcleo de sua análise sobre a democracia de massas. A tecnologia aparece como variável relevante para a compreensão de barreiras que se colocam entre os cidadãos e os assuntos públicos. E também como aspecto importante na composição das formas de vivência humanas, expandindo ou limitando horizontes e afetando os hábitos sociais.

Lippmann não hesita em afirmar que os correios, os telegramas, o rádio, as linhas ferroviárias, as estradas, os navios, os carros e, em seu tempo, “nas próximas gerações”, os aviões, são, naturalmente, agentes de grande influência na circulação de ideias. Cada um deles afeta o suprimento e qualidade da informação e opinião numa forma das mais intrincadas, e cada um deles é afetado por condições econômicas e políticas, mas também técnicas (LIPPMANN, 2010, p. 55-56). Ele reforça essa ideia, lembrando que cada vez que uma nova ferrovia ou um novo porto é aberto, uma nova linha naval estabelecida, os correios viajam mais rápido ou mais lentamente, os telegramas são livres de censura e tornados mais baratos, rodovias são construídas ou alargadas ou melhoradas, a circulação das ideias é influenciada (LIPPMANN, 2010, p. 56). Fica claro, portanto, que o desenvolvimento tecnológico ocupa posição de destaque em sua lente de compreensão e análise do mundo.

Em *Public Opinion*, Lippmann narra uma alegoria que ilustra com admirável maestria a estrutura teórica que esteve presente em várias de suas obras. A história costuma ser citada como um bom quadro de suas visões consolidadas sobre diversos temas filosóficos sobre os quais ele se debruçou, tais como o processo de

produção de conhecimento, nossos vieses cognitivos de enquadramento dos fatos e nossa construção de imagens mentais que subsidiam a formação da opinião pública.

Lippmann conta uma intrigante história de uma ilha no oceano onde em 1914 viveram alguns ingleses, franceses e alemães. Nenhum cabo telegráfico alcançava a ilha, e o barco a vapor inglês dos correios vinha somente uma vez a cada sessenta dias. Eis que a população local se reuniu para ouvir do capitão que há mais de seis semanas aqueles que dentre eles eram ingleses e os que eram franceses estiveram lutando em defesa da santidade dos tratados contra aqueles que dentre eles eram alemães. Por seis estranhas semanas eles haviam agido como amigos, quando de fato eram inimigos. O curioso, prossegue, é que tal condição não era tão diferente da condição da maioria da população da Europa: se na ilha o erro durou seis semanas, no continente o intervalo pode ter sido somente de seis dias ou seis horas (LIPPMANN, 2010, p. 21).

A alegoria é densa. Trabalha, direta ou indiretamente, boa parte dos temas que aparecem nas análises de Lippmann sobre teoria política e sobre os meios de comunicação de massa. O barco traz as notícias a cada sessenta dias, e o telégrafo, no continente, reduz o intervalo para seis dias ou mesmo seis horas. O paralelo sugere que as reações sociais aos eventos públicos guardam dependência direta com as tecnologias da comunicação disponíveis num determinado tempo e num determinado espaço.

Os habitantes da ilha entravam em contato com os problemas públicos do continente através do único meio de comunicação disponível. Isso lhes dava uma dinâmica de debate público curiosa, em que as pessoas falavam sobre eventos que provavelmente já haviam acabado ou já nem eram mais relevantes. Essa distância, combinada com as limitações tecnológicas, foi vista por Lippmann como crucial para gerar um resultado que ele considerava preocupante para a democracia: a ausência de informações precisas e relevantes. Ele destacou que as barreiras impedindo a transmissão de notícias com a devida precisão sobre a guerra, através do Atlântico, eram muitas: os cabos submarinos eram censurados por decisões políticas ou militares, e o acesso aos cabos era dificultado não só pelo preço, mas devido à demanda elevada, considerando a limitada capacidade dos cabos transatlânticos. (LIPPMANN, 2007, p. 27). Essa situação real se assemelha bastante à da população

daquela ilha, que se via isolada não só pela distância, mas pela falta de opções técnicas de se ligar ao resto do mundo.

A análise da cobertura jornalística da guerra, por exemplo, fez com que Lippmann desse especial atenção à distância inevitável, às vezes colossal, entre quem recebe uma notícia e o evento que originou o relato pelo repórter. Em muitos casos, o próprio jornalista escreve a partir de um relato em segunda mão. Lippmann (2007, p. 26) lembra que a percepção das pessoas, de que um correspondente de guerra ou repórter especial da Conferência de Paz testemunharam diretamente os eventos sobre os quais relatam, é falsa. “Ninguém viu essa guerra”, ele aponta, enfaticamente, referindo-se à Primeira Guerra Mundial. Essa guerra ficou marcada pelas chamadas “trincheiras”, em que soldados ficavam praticamente enterrados, de modo que até mesmo aqueles que estavam em campo de batalha não podiam observar com precisão o que estava acontecendo. No entanto, a milhares de quilômetros de onde as batalhas aconteciam, muito se falava sobre os detalhes da guerra, em discussões alimentadas pelos relatos da imprensa, supostamente sustentada em informações que vinham de longe, pelos cabos telegráficos. A tecnologia, portanto, produziu uma ilusão sobre a possibilidade de conhecer a verdade sobre aqueles fatos, minando as bases da opinião pública.

A distância espacial é um dado da natureza, evidentemente. Mas, com o desenvolvimento tecnológico, a percepção humana da distância passou a estar intimamente ligada com o desenvolvimento tecnológico. A tecnologia das caravelas permitiu os empreendimentos europeus no desbravamento do mar, ligando todos os continentes do planeta, o que redesenhou a visão que as pessoas tinham sobre o tamanho do mundo. O trem a vapor proporcionou uma maior interação entre cidades antes distantes o suficiente para que o intercâmbio cultural entre elas fosse irrelevante.

A tecnologia do telégrafo elétrico foi crucial para produzir uma noção de unidade nacional nos Estados Unidos. Com os cabos telegráficos, os jornais podiam deixar de cobrir apenas temas locais, para levar ao público notícias importantes sobre eventos acontecidos em localidades bastante distantes. Lippmann fala sobre o problema da dificuldade dos cidadãos de acompanharem os fatos após a mudança de estrutura populacional, que passou de pequenas comunidades para grandes cidades (LIPPMANN, 2007, p. 23). A comunicação rápida do telégrafo produziu um novo quadro, em que os eventos de que se tem notícia passaram a ser não apenas

locais, mas de nível estadual e nacional. Assim, a tecnologia trouxe facilidades, mas também a angústia de informações que, vindas de longe, acabam por criar a sensação de que são mais problemas sobre os quais se deve ter uma opinião.

A elevada extensão da área sobre a qual se poderia receber notícias é central na análise de Lippmann sobre os problemas da imprensa. O moderno problema das notícias, ele afirma, não é somente uma questão moral da imprensa. Seria, na verdade, o complexo resultado de uma civilização muito extensa para qualquer observação pessoal (LIPPMANN, 2007, p. 14). Portanto, nem mesmo a imprensa estaria livre dos problemas que a tecnologia telegráfica criou ao conectar o mundo sem dar a plena condição de acompanhá-lo de fato de perto na maior parte do tempo.

O jovem Lippmann acreditava na capacidade dos cidadãos de se educar para a democracia, corrigindo seus eventuais problemas. Uma das partes mais importantes desse processo é a de se tornar capaz de verificar informações. No entanto, com a evolução de seu pensamento sobre esse tema, ele percebeu que conferir aspectos que podem atestar a veracidade de uma notícia é quase impossível, considerando a distância que geralmente separa uma opinião pública do evento noticiado (LIPPMANN, 2010, p. 53)

A não superação técnica da distância é tão relevante que chega a ser um dos pontos centrais da crítica de Lippmann aos teóricos da doutrina tradicional de democracia. Segundo ele, a distância entre os locais onde as decisões são tomadas e eventos relevantes acontecem e os lugares onde estão os cidadãos comuns acaba por minar a capacidade da opinião pública na qual a maioria dos teóricos da democracia vinham confiando (LIPPMANN, 2009, p. 171). Ele alerta que quando eventos distantes ou complexos são comunicados às grandes massas do povo, a verdade sofre uma considerável e frequentemente radical distorção (LIPPMANN, 1955, p. 25), de modo que a possibilidade real de que o povo pense e atue sobre esses problemas é reduzida.

Novamente, é importante lembrar que a distância é um dado que Lippmann trabalha como uma barreira com a qual a humanidade se relaciona a partir da disponibilidade tecnológica. Os meios de comunicação de seu tempo não permitiam às massas superar essa barreira, o que dificultava a participação democrática. Mas ao analisar uma situação em que os participantes de um processo comunicacional estavam em condições de eliminar esses obstáculos, Lippmann percebeu um

resultado diferente. Segundo ele, os *Catorze Pontos*, a proposta do presidente Woodrow Wilson para um acordo de paz, só ganhou força porque era a primeira grande guerra em que todos os agentes cruciais para as decisões tomadas pela humanidade podiam ser levados a pensar sobre as mesmas ideias, “ou ao menos sobre os mesmos nomes das ideias”, de forma simultânea, o que não teria sido possível sem cabodifusão, sem rádio e sem telégrafo; era uma tentativa de explorar a moderna maquinaria de comunicação para começar o retorno a uma “consciência comum” através do mundo (LIPPMANN, 2010, p. 187-188).

Na alegoria da ilha, outro dado relevante é a quantidade de meios de comunicação disponíveis para ligar os habitantes aos fatos ocorridos no continente. Não havia linhas telegráficas. Havia apenas o barco dos correios. No tempo em que Lippmann escrevia isso, o telégrafo, a despeito das relevantes mudanças sociais que promoveu, era visto como uma decepção, por não ter sido bem-sucedido na promessa de ser um meio de comunicação das massas. Ele ajudava a levar a informação que seria publicada nos jornais, alcançando as massas, mas era monopolizado por poucas empresas, que formavam cartéis com agências de notícia poderosas.

A concentração do domínio sobre os meios foi vista por Lippmann como um dos problemas que impediam o bom funcionamento da democracia. Esse tema é muito presente em várias de suas obras, sobretudo naquelas em que a imprensa é diretamente analisada, tais como *Liberty and the News* e *Public Opinion*. Se em sua crítica da doutrina tradicional da democracia havia a preocupação com a tirania da maioria, na esteira da crítica clássica sobre o potencial opressor das majorias, a concentração da propriedade sobre os meios de comunicação o fez desenvolver a preocupação sobre um pequeno grupo de pessoas, jornalistas e editores especialmente, que assumiram o controle da informação pública. Trata-se de uma minoria, nas palavras dele, que se vê com o poder de dizer o que é bom para o povo (LIPPMANN, 2007, p. 4), representando um risco aos valores democráticos.

A propaganda governamental, vista por Lippmann quase sempre como perversa, também se beneficia da limitação técnica de acesso universal às tecnologias de difusão de informações. Ele ilustra a manipulação de informações em um contexto de guerra, em que o Estado-Maior de um exército no campo de batalha é posicionado de forma que dentro de largos limites pode controlar o que o público irá perceber. Ele controla a seleção dos correspondentes que vão ao *front*, controla

seus movimentos, lê e censura suas mensagens e opera a telegrafia. Comandando os telegramas e os correios, o governo atrás do exército aumenta o controle (LIPPMANN, 2010, p. 50). Ou seja, o controle sobre a tecnologia dava ao governo a plena capacidade de manipular as informações que chegavam ao público.

A censura promovida por autoridades do governo era bastante relevante, mas Lippmann considerou que a real censura sobre os cabos é feita através do custo de transmissão, que é suficientemente alto para impedir que muitas empresas atuem para criar uma situação de intensa competição entre jornais independentes. O principal motivo pelo qual as notícias coletadas pelo repórter, a partir da observação direta, tinham que passar por severa seleção, eram, para Lippmann, as limitações de transmissão trazidas pelo telégrafo (LIPPMANN, 2007, p. 45). Ele também considerou – é importante notar –, que a censura e a propaganda estão intimamente relacionadas, pois, sem o emprego de alguma forma de censura, a propaganda no sentido estrito da palavra seria impossível. Para conduzir a propaganda deveria haver alguma barreira entre o público e o evento (LIPPMANN, 2010, p. 51). Segundo essa visão, se as limitações tecnológicas impedem o acesso pleno do público às informações, e, portanto, geram censura, isso significa que elas são requisito essencial da operacionalização da propaganda.

Apesar de ser conhecido por suas sofisticadas análises de discursos e narrativas, Lippmann parece entender que os meios de comunicação poderiam moldar as próprias mensagens transmitidas. Ele explica, lembrando que o acontecimento, cujo acesso direto não temos, nos é relatado principalmente por intermédio de palavras. Estas eram transmitidas por cabo ou por rádio de repórteres aos editores, que as preparavam para ser impressas. O serviço das agências de notícias, então, era frequentemente codificado, por conta das limitações de transmissão. Longos textos precisam ocupar um pequeno espaço num telegrama, sendo transcrito em códigos, com uma decodificação na recepção da mensagem. Assim, Lippmann considera “duvidoso se um supremo mestre de estilo poderia empacotar todos os elementos de verdade que a completa justiça demanda de um relato de 100 palavras do que aconteceu ao longo de vários meses” (LIPPMANN, 2010, p. 71). Assim, o relato de um jornalista se distorcia pela própria forma de envio da mensagem, produzindo um discurso que, se distorcido, não o era necessariamente pela ação racional humana de modificar sentidos para atender a interesses escusos.

O domínio sobre as tecnologias por poucos atores fazia com que elas não pudessem ser reconhecidas como instrumentos do grande público, mas sim ferramentas frequentemente utilizadas para manipulá-lo. Nesse sentido, Lippmann (2010, p. 56) afirma que o monopólio da cabodifusão significa muito mais do que o enriquecimento de um grupo de empresários, mas uma barreira à troca de notícias e opinião, o que, dentro de suas observações sobre os pré-requisitos para o bom funcionamento da democracia, significa um impedimento considerável para os regimes democráticos.

Lippmann chega a falar sobre uma nova “divisão do trabalho”, distinta da apontada classicamente pela Sociologia. Trata-se uma “divisão da organização de notícias”: de um lado, estariam as testemunhas diretas dos eventos e, do outro, o leitor dos jornais. Entre os dois havia um vasto e caro aparato de transmissão e edição. Quando o assunto é complexo, essa divisão dá, especialmente, causa a confusões, maus entendimentos e até a falsas representações dos fatos (LIPPMANN, 2007, p. 41-42). Isso se conecta com sua tese sobre a relação entre “*insiders*” e “*outsiders*”, segundo a qual há uma divisão entre aqueles que estão dentro de contextos que os permitem influir nas decisões públicas, e aqueles que apenas observam de fora, sendo chamados a opinar de tempos em tempos para dizer sim ou não. Essa é uma parte de sua teoria sobre a democracia, mas parece evidente que é uma lógica que ele vê como resultado também da separação provocada pela condição material de concentração dos meios de comunicação.

A impossibilidade da doutrina tradicional da democracia é um dos principais temas trabalhados por Lippmann. A relação dessa impossibilidade com o nível de desenvolvimento tecnológico é destacada por ele em diversos sentidos.

A manipulação de consensos por elites que buscam controlar os ímpetos das massas é vista por Lippmann como um dos grandes obstáculos à efetivação da democracia pura. A criação do consenso, como ele lembra, não é uma arte nova. Na verdade, é uma arte muito velha. O problema é que supostamente deveria ter morrido com o aparecimento da democracia, mas melhorou enormemente em técnica, porque passou a contar com o auxílio dos modernos meios de comunicação. Isso, segundo ele, colocou a democracia de lado, produzindo uma mudança no mundo muito mais significativa do que a mera alternância do poder político (LIPPMANN, 2010, p. 218-219). A técnica de manipulação, portanto, era antiga. O que estava diferente, nessa perspectiva, seria o poder do aparato

tecnológico de comunicação. Essa novidade estaria provocando tenras modificações no modo como se davam as relações sociais e o jogo político.

Com essa mudança, segundo Lippmann (2010, p. 219), passou a ser impossível acreditar no dogma original da democracia, de que o conhecimento necessário para administração dos assuntos humanos surge no coração dos cidadãos, de modo que sempre que agimos com base naquela teoria, estaríamos nos expondo ao autoengano, e a uma forma de persuasão que não podemos verificar, já que estaremos sempre tentando tratar com o mundo que está além do nosso alcance. Os modernos meios de comunicação, portanto, catalisam a ilusão democrática. Fazem parecer que os assuntos públicos estão sempre acessíveis às massas. Na verdade, usam essa sensação para legitimar certos discursos, numa extensão e intensidade que não eram comuns em tempos antigos.

A velocidade dos transportes articula medidas de tempo. É sintomática a descrição bíblica de distâncias espaciais a partir do conceito de “um dia de viagem”¹, ou seja, com a conversão da distância em tempo que se leva, com as tecnologias disponíveis (ou, nesse caso, com a ausência delas). Para ilustrar essa relação, pode-se comparar com a disponibilidade do avião no mundo atual, a partir do qual se pode falar na França como um quadrado de uma hora e trinta de lado (VIRILIO, 2000, p. 31).

Na ilha da alegoria de Lippmann, ele parece perceber que a imposição de temporalidade pelas tecnologias é importante. A disponibilidade tecnológica produz uma diferença na temporalidade social. Os habitantes da ilha ficam sabendo das notícias a cada seis semanas, enquanto os do continente levam algumas horas. Não é algo banal, considerando os planos futuros que se faz e podem ser arruinados com uma notícia sobre o início de uma guerra, como nessa história. Lippmann destaca justamente esse aspecto da importância da temporalidade dos meios na relação com o futuro. “Houve um intervalo”, ele lembra. E prossegue:

Houve um momento quando a imagem da Europa, que as pessoas consideravam para conduzir normalmente seus negócios, não correspondia em nada à Europa que estava prestes a tornar suas vidas uma confusão. Houve um tempo no qual um indivíduo ainda estava ajustado a um ambiente que não mais existia. Até 25 de julho, ao redor do mundo, pessoas estavam produzindo bens que não poderiam ser entregues, adquirindo bens que não poderiam importar, carreiras estavam sendo

planejadas, negócios sendo idealizados, desejos e expectativas acalentados, tudo na crença de que o mundo como conheciam era o mundo que de fato existia. Pessoas estavam escrevendo livros descrevendo aquele mundo. Elas acreditavam na imagem em suas cabeças. Então, mais de quatro anos depois, na manhã de uma quinta-feira, chegou a notícia de um armistício, e as pessoas deram vazão ao seu indizível alívio pelo fim da matança. Nos cinco dias anteriores ao armistício real, no entanto, embora o fim da guerra tenha sido celebrado, vários milhares de homens morreram nos campos de batalha (LIPPMANN, 2010, p. 21).

É interessante ressaltar que essa não é uma análise sobre as falhas da imprensa, tão comuns no período histórico e bastante presentes em toda a obra de Lippmann. O efeito perverso ocorre pela própria dinâmica de interação das pessoas com o mundo, marcada pela mediação da tecnologia. Os meios, ele parece notar, são a forma das pessoas entrarem em contato com o mundo, de modo que muito de nossa relação com os eventos está marcado pelas características deles.

Em *Essays in the Public Philosophy* [1955], Lippmann retorna a essa argumentação ao comparar a televisão e o cinema com os outros meios de comunicação de massa predominantes, como a imprensa escrita, alimentada pelo telégrafo. A confrontação de ideias era vista por ele como essencial para a democracia. Ele acusa, então, os modernos meios de comunicação – a referência é a televisão e ao cinema – de não proporcionarem um terreno propício à confrontação de opiniões (LIPPMANN, 1955, p. 128).

Para Lippmann, o processo dialético de procurar a verdade trabalha melhor quando a mesma audiência pode ouvir todos os lados de um debate. Isso seria, segundo ele, impossível no cinema: se um filme advoga uma tese, não será mostra à mesma audiência um outro filme designado a respondê-la (LIPPMANN, 1955, p. 128).

Lippmann até concede que o rádio e a televisão possam permitir algum debate, mas lembra que, apesar disso, o esforço das companhias em expor visões opostas e organizar programas nos quais há interlocutores em oposição esbarra nas condições técnicas do *broadcasting*, que não favorecem um genuíno e produtivo debate (LIPPMANN, 1955, p. 128). Essas afirmações são especialmente curiosas quando colocadas ao lado das antigas constatações de Lippmann sobre a incapacidade da imprensa de retratar bem a realidade. No entanto, traz uma boa

evidência sobre sua preocupação com as características próprias de cada tecnologia.

Ao comparar a imprensa com o *broadcasting*, Lippmann notou que a primeira é mais eficiente em aprofundar temas, ainda que possua falhas. Ele entende que, para o público, sintonizar em uma ou outra emissora não permite ouvir, mesmo de forma sumária, a evidência essencial e os principais argumentos sobre todos os lados significativos de uma questão, de modo que raramente, e em pouquíssimas questões públicas, o público de massa tem o benefício do processo pelo qual a verdade é retirada do erro. O grande problema, ele aponta, é que os jornalistas e os comentaristas de notícias no rádio e na televisão não podem – como um orador num debate político real – ser desafiados por um dos seus ouvintes e obrigados a verificar suas declarações sobre os fatos e a contra-argumentar (LIPPMANN, 1955, pp. 128-129).

Portanto, Lippmann parece entender que o *broadcasting* impõe limitações ao debate público, de modo que a sua cada vez maior predominância entre a audiência significaria a consolidação de um padrão de embate de ideias prejudicial à democracia. Note-se que essa conclusão não vem pelo apontamento de uma corrupção moral ou rebaixamento intelectual da sociedade, que acabaria por fazer um mal-uso dos meios de comunicação. Trata-se de uma consequência vista na própria dinâmica da tecnologia em análise.

Nesse tema, Lippmann acaba por concluir que uma das maiores questões da modernidade seria a de investigar se princípios tão centrais à sociedade democrática, tais como soberania popular, direito à propriedade, liberdade de expressão e valorização da educação, que foram articulados “antes da Revolução Industrial, antes da era da *rápida mudança tecnológica*, e antes da *ascensão da democracia de massas*”, sobreviveriam após serem reformulados para a época moderna. Se isso não puder ser feito, ele conclui, as nações livres e democráticas terão de encarar o desafio do totalitarismo (LIPPMANN, 1955, p. 161). Mais uma vez, fica evidente que uma de suas preocupações centrais é a de combinar os princípios da democracia liberal com a realidade complexa da ascensão das massas e da revolução tecnológica.

Considerações finais

O núcleo da produção intelectual de Lippmann que interessa às Teorias da Comunicação reside em seus esforços de descrever e analisar os problemas que impedem o bom funcionamento da democracia. Espera-se ter demonstrado que as tecnologias da comunicação ocupam um papel central nesse tema. De maneira geral, os problemas da democracia aparecem em Lippmann em algumas linhas principais, quase todas elas tendo a tecnologia como variável relevante.

A estrutura marcante do poder político presente nas obras de Lippmann é a sua famosa teoria “*insiders/outsiders*”. O argumento é de que há uma separação entre aqueles que estão dentro das estruturas de decisão e aqueles que estão fora. Os meios de comunicação seriam cruciais para estabelecer uma mediação entre esses dois grupos, de modo que os cidadãos comuns (*outsiders*) teriam respeitado o seu direito de influir, ainda que não diretamente, nas decisões políticas, o que é indispensável na democracia.

Nesse sentido, a tecnologia faria a diferença num processo bastante prático: o de permitir o acesso às informações que vão subsidiar as opiniões públicas. Lippmann destaca, por exemplo, que a condição técnica do telégrafo, caro e monopolizado, impede uma difusão de informações eficiente em levar o público à verdade. Assim, a limitação técnica significaria não um mero obstáculo, mas teria o mesmo efeito, senão pior, da censura e da propaganda governamentais.

Lippmann deu especial atenção aos aspectos cognitivos da apreensão de conhecimento pelos seres humanos. Reafirmou a limitação cognitiva como um traço da natureza humana, de modo que nossas formas de conhecer são sempre marcadas por estereótipos e vieses cognitivos, que simplificam a realidade e nos fazem realizar processos mentais que passam por fora da racionalidade estrita.

As tecnologias da comunicação seriam relevantes, então, em potencializar esses efeitos cognitivos, servindo como catalisadores da mobilização irracional das massas. A comunicação de massa, desse modo, é fundamental para fazer emergir uma democracia de massas. Essa nova composição da democracia foi central na obra de Lippmann, que a considerou problemática justamente porque o acesso ampliado às notícias favoreceu a ilusão de que o povo realmente governava, como na democracia ideal. Essa ilusão dificultaria uma compreensão mais realista da

política e da democracia, abrindo um caminho para legitimar ímpetos autoritários de lideranças oligárquicas.

A concentração da propriedade sobre os meios de comunicação é mais um dos temas que demonstram que Lippmann deu importância às condições tecnológicas. Elas realizavam uma comunicação de massas, mas centralizada, ou seja, partindo de poucos emissores para uma quantidade enorme de receptores, o que acabaria por representar um risco de manipulação da opinião pública, de “criação de consensos”, como ele chamou.

Como um exercício mental interessante, deve-se explorar a observação de Jansen (2012, p. 93) que, com razão, lembra que o problema identificado por Lippmann no começo do século XX é ainda preocupante, senão mais preocupante, nos dias de hoje.

O que mudou do mundo em que Lippmann escreveu? Especialmente as tecnologias. A comunicação se tornou fragmentada, permitindo a cada indivíduo difundir mensagens que alcançam todo o planeta. Emitir opiniões se tornou mais fácil, o que gera uma nova esperança de que a democracia ideal vai se concretizar.

As tecnologias atuais repetem diariamente a promessa de que os governos podem ser controlados pelos cidadãos, de que a transparência dos atos públicos é um valor inegociável e um caminho sem volta. No fim das contas, hoje a democracia se vê em risco em diversas nações, ameaçada pelo mesmo fantasma do populismo que trouxe regimes totalitários e violentos.

As novas tecnologias fornecem, quase sempre, uma simplicidade absurda em verificar informações. Lippmann considerou justamente a dificuldade de acesso a notícias confiáveis e precisas um dos maiores obstáculos ao bom funcionamento da democracia. No entanto, a grande marca da difusão de dados na *internet* é a disseminação de notícias falsas, as chamadas *fake news*. Algo, aparentemente, tem gerado uma tendência diferente da intuitivamente esperada.

A maior facilidade, aliada à absurda velocidade de transmissão, de enviar e receber mensagens, poderia ser usada para promover uma reedição da imagem simbólica da democracia ateniense, em que todos os cidadãos podem discutir sobre os problemas e atuar diretamente na política. No entanto, acabou criando condições para manipular a verdade. Em muitos países, houve acusações sérias sobre o uso desses aparatos tecnológicos para distorcer o debate público, definindo o resultado de eleições nacionais.

A recomendação de Lippmann para não cair nas armadilhas da crença ingênua na democracia ideal era a de descer ao mundo real e reconhecer que o público é uma mera abstração. Isso nos impediria de legitimar certos interesses como se tivessem a benção incontestável da soberania popular.

No mundo de hoje, é notável que as ferramentas de “criação de consensos” estão acessíveis a muita gente. O resultado é que, com esforço e as técnicas corretas, tornou-se fácil produzir, sobre qualquer tema, uma repercussão em nível que passe a soar como uma reação relevante do público em defesa de determinada posição política, ou contra ela. Os representantes políticos, cada vez mais, sofrem a pressão para ir nessa ou naquela direção, sendo levados a crer, com alguma frequência, que se trata da vontade popular clamando, em maioria.

Dada a consagração da democracia de massas como a única semântica política aceitável para o Ocidente, torna-se inevitável, ao campo político, considerar as características tecnológicas que estabelecem as formas de troca e compartilhamento de informações na sociedade. Talvez o grande desafio dos representantes políticos seja o de aprender que, talvez, as redes sociais na *internet* não possam realizar a mágica da democracia direta, tal como antes outras tecnologias não foram capazes de realizá-la, como se prometia. Assim, esses representantes poderão ter uma compreensão mais realista, que não vê as mobilizações rasas mediadas pela tecnologia como legítimas expressões de uma vontade popular que deve ser seguida acriticamente. O populismo, especialmente com a ajuda do ciberespaço, pode levar ao fim de qualquer forma de democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, C. (org.); MAROCCO, B. (org). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. v.2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- BIMBER, Bruce. **The internet and political transformation: populism, community, and accelerated pluralism**. *Polity*, v. 31, n. 1, pp. 133-160, 1998.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil**. RBCS Vol. 28 n° 81 fevereiro/2013.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BONONE, Luana Meneguelli. **Privatizando a opinião: um estudo sobre o enquadramento nas revistas Veja e Carta Capital**. 15/10/2013 230 f. Mestrado em Comunicação e Semiótica. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CAREY, John W. **The Press, Public Opinion, and Public Discourse**. New York: Guilford Press, 1995.
- _____, James W. **Technology and ideology: The case of the telegraph**. In: *Communication as culture. Essays on media and society* (pp. 155-177). Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2009 [1983].
- COSTA, Alexandre Araújo. **O poder constituinte e o paradoxo da soberania limitada**. *Teoria&Sociedade*, n. 19.1, 2011.
- CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia: uma introdução crítica**. Tradução: Delma José Volpato Dutra. - Porto Alegre: Armed, 2009.
- CZITROM, Daniel J. **Media and the American mind: from Morse to McLuhan**. The University of North Carolina Press, 1982.
- DUFF, Alistair S. **Pundit for post-industrial times? Walter Lippmann as an information society theorist**. *Information, Communication & Society*, 16:6, pp. 967-988, 2013.
- GHANEM, Salma. **Filling in The Tapestry: The Second Level of Agenda Setting**. in: *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*, ed. Maxwell McCombs, Donald Shaw, and David Weaver. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1997, pp. 3-14.
- GARCÍA, César. **Searching for Benedict de Spinoza in the history of communication: His influence on Walter Lippmann and Edward Bernays**. *Public Relations Review*, 2015.

GRYNSZPAN, Mario. **Por uma Sociologia história da circulação e da recepção de textos**: Robert Michels e Sociologia dos Partidos Políticos nos Estados Unidos. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 11-30, nov. 2012.

HJARVARD, Stig. **Midiatização**: conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JANSEN, Sue Curry. **Forgotten Histories**: Another Road Not Taken - The Charles Merriam-Walter Lippmann Correspondence. *Communication Theory* 20, pp. 127-146, 2010.

_____. **Walter Lippmann**: A Critical Introduction to Media and Communication Theory. By Sue Curry Jansen. New York: Peter Lang, 2012

_____. **Semantic Tyranny**: How Edward L. Bernays Stole Walter Lippmann's Mojo and Got Away With It and Why It Still Matters. *International Journal of Communication* 7, pp. 1094-1111, 2013.

LIPPMANN, Walter. **Essays in the Public Philosophy**. Boston: Little, Brown, 1955.

_____, Walter. **Drift and Mastery**. New ed. Madison: University of Wisconsin Press, 1985 [1914].

_____, Walter. **Liberty and the News**. Reprint, Chicago: BN Publishing, 2007 [1920].

_____, Walter. **The Phantom Public**. Reprint, New Brunswick: Transaction Publishers, 2009 [1925]

_____, Walter. **Public Opinion**. Reprint, Blacksburg, VA: Wilder Publications, 2010 [1920].

_____, Walter. **A Preface to Politics**. Lexington: Create Space, 2014 [1913].

LIPPMANN, Walter; MERZ, Charles. **A Test of the News**. *New Republic*, August 4, 1920.

MACDONALD, Fred J. **Don't Touch That Dial!** - Radio Programming in American Life, 1920-1960. Chicago: Nelson-Hall, 1979.

MAROCCO, Beatriz. **The Social Theories of The Press**: Journalism and Society. *Brazilian Journalism Research*, v. 1, n. 1, semester 1, 2005.

MARTINO, Luiz C. **De qual comunicação estamos falando?** In: HOHLFELD, Antonio, MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. Pp. 11-26.

- _____, Luiz C. **Pensamento comunicacional canadense**: as contribuições de Innis e McLuhan. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 5, n. 14, pp. 123-148, nov. 2008.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação**: idéias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MCCHESENEY, Robert W. **Aquello es ahora, y esto fue entonces**: Walter Lippmann y la crisis del periodismo. *Cuadernos de Información y Comunicación*. v. 18, pp. 39-49, 2013.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of mass media**. *Public opinion quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.
- MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MCDERMOTT, Rose. **Experimental methods in political science**. *Annual Review of Political Science*, v. 5, n. 1, p. 31-61, 2002.
- MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media**. Editora Pensamento – Cultrix, 1974.
- MICHELS, Robert. **Los partidos políticos**. 3. ed. Buenos Ayres, Amorrortu, 1973.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **O radio dos anos 30 nos EUA**: antecedentes de “A Guerra dos Mundos”. 2011. Disponível em: <<http://www2.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt06/GT0614.PDF>> Acesso em 4 de outubro de 2018.
- OBAR, Jonathan A. **Big Data and The Phantom Public**: Walter Lippmann and the fallacy of data privacy self-management. *Big Data & Society*. July-December, 2015.
- ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das Massas**. São Paulo: Vide Editorial, 2016.
- PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. **Mídia e Políticas Públicas**: possíveis campos exploratórios. *RBCS Vol. 30 n° 87 fevereiro/2015*.
- PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições?** A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *RBCS Vol. 23 n. o 68 outubro/2008*.
- PEREZ, Vanessa Silva. **Pessoa com deficiência = pessoa incapaz?** Um estudo acerca do estereótipo e do papel da pessoa com deficiência nas organizações. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, no 4, pp. 883–893, artigo 6, Rio de Janeiro, Dez. 2012.
- POGREBINSCHI, Thamy. **A democracia do homem comum**: resgatando a teoria política de John Dewey. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 23, p. 43-53, nov. 2004.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção “Os pensadores”). p. 25-151.

- RÜDIGER, Francisco. **Elementos para a crítica do jornalismo moderno**. FAMECOS, Porto Alegre, v. 17, n. 3, pp. 216-227, 2010.
- SILVA, Daniel Reis. **John Dewey, Walter Lippmann e Robert E. Park**: diálogos sobre públicos, opinião pública e a importância da imprensa. revista Fronteira - estudos midiáticos. jan/abril, pp. 57-68, 2016.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SODERLUND, Gretchen. **Rethinking a curricular icon**: the institutional and ideological foundations of Walter Lippmann. *The Communication Review*, 8, p. 307-327, 2005.
- SUBTIL, Filipa. **Tecnologia, economia e política**: o telégrafo como antecessor da Internet. *Estudos em Comunicação* nº 15. pp. 25-40. Maio de 2014.
- URBANSKI, Steve. **Walter Lippmann's Ethical Challenge to the Individual**. SAGE Open, 2012. pp. 2-6.
- URBINATI, Nadia. **Crise e metamorfoses da democracia**. Tradução de Pedro Galé e Vinícius de Castro Soares. *RBCS* Vol. 28 nº 82 junho/2013.
- WHIPPLE, Mark. **The Dewey-Lippmann Debate Today**: Communication Distortions, Reflective Agency, and Participatory Democracy. *Sociological Theory*, 23:2 June 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.